

INFORCAMPO

Informativo da Educação do Campo



6ª EDIÇÃO



Educação do Campo É direito e não esmola.

EDITORIAL

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade Federal do Piauí, Campus de Teresina, visa garantir ao estudante o domínio de conteúdos, métodos e abordagens relativos à docência e ao trabalho voltado para o ensino em escolas do campo, através de uma educação sintonizada com o seu tempo, concretizando-se com a ampliação das possibilidades educacionais ajustadas aos valores essenciais da convivência humana (UFPI, 2013). Tal propósito exige dos professores do curso o desenvolvimento de situações de ensino contextualizadas e significativas, através das quais os licenciandos, além dos conhecimentos da área de atuação (Ciências da Natureza) e dos saberes pedagógicos, reconheçam e respeitem as especificidades do campo e adquiram/ampliem o compromisso ético e político com a construção de uma educação comprometida com as necessidades humanas.

Visando assegurar processos formativos fundamentados na reflexão crítica e na relação teoria-prática, desde o ano de 2016, professores e estudantes do curso publicam anualmente o Inforcampo, que tem como objetivo ampliar e socializar conhecimentos acerca do lugar da Educação do Campo nas políticas públicas, na legislação brasileira e nas práticas educativas escolares e comunitárias, oportunizando aos acadêmicos vivências que articulam leitura, discussão, pesquisa e produção escrita.

Cadastrado como projeto de extensão, o Inforcampo dialoga com as proposições do Projeto Político Pedagógico da LEdoC, entre elas a de que “as duas dimensões, o tempo-escola e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências trazidas pelo aluno do meio sociocultural sejam expandidas para o tempo-escola, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem (UFPI, 2013, p. 16). Assim, ao produzirem o Informativo articulando conhecimentos científicos a saberes culturais, a formação ocorre em ação, na conexão entre teoria e prática, gerando aprendizagens significativas e reais.

Sabe-se que na graduação, é importante que haja uma metodologia que contemple o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com o real. Nesse aspecto, o Projeto Político Pedagógico da LEdoC orienta que o processo de formação do profissional seja centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando que estudantes e professores partilhem o complexo exercício da prática reflexiva, assolada por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores.

Nesse aspecto, o Informativo da Educação do Campo (Inforcampo) é uma proposta fundamentada nesse tripé, pois oportuniza aos acadêmicos vivências que articulam leitura, discussão, pesquisa e produção escrita, favorecendo a expansão do conhecimento para além dos muros da Universidade, alcançando as comunidades camponesas nas quais os acadêmicos estão inseridos, favorecendo condições de luta por melhores condições de vida para o campo.

Nesta edição, o foco das discussões é a pandemia do novo coronavírus e suas implicações para a saúde, educação, economia, entre outros aspectos. A Covid 19, doença causada pelo vírus, começou na China, migrou para a Europa e hoje assombra os países do continente americano. Tudo indica que o Brasil se tornará o novo epicentro da pandemia, razão pela qual é necessário enviar esforços coletivos voltados para a criação de respostas rápidas e eficientes para detê-lo, além de dar suporte adequado a quem fica doente. Nesse cenário, a produção do conhecimento voltado para a informação e sensibilização da população a respeito da importância da prevenção, assim como da disponibilização de políticas públicas é um passo relevante, por isso, esta 6ª edição do Inforcampo volta-se para a discussão dessa temática, por meio de múltiplas formas de produção escrita. Além de uma seção sobre a Covid 19 e seus impactos (1), que engloba entrevistas, carta, cordel e artigo de opinião, essa edição do Inforcampo traz outras seções relevantes como: (2) Artigos de Opinião, (3) Compartilhando trabalhos bem sucedidos; (4) Cordel e Poesias, (5) Analisando o conhecimento e (6) História e Memória de Vida e de Comunidade.

Ao longo dos seis anos de sua implementação, o projeto já beneficiou diretamente a 150 estudantes da LEdoC, constituindo-se em uma excelente proposta metodológica capaz de promover a comunicação entre os componentes curriculares, dando significado aos conhecimentos produzidos em sala de aula. Assim, contribui para ampliação das práticas de leitura e de escrita em âmbito da formação superior, ampliando o entendimento do texto e do contexto dos quais os estudantes fazem parte e no qual atuarão como professores ou gestores de processos escolares ou comunitários.

Profa. Dra. Raimunda Alves Melo

Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo

Prof. Ms. Jean Carlos Antunes Catapreta

Graduando Pedro Luiz Oliveira Britto

Graduanda Ednelma do Carmo da Cruz

*Raimunda Alves Melo
Keylla Rejane Almeida Melo
Jean Carlos Antunes Catapreta*

O TEMIDO CORONAVÍRUS

Francisco José de Macedo

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI/Teresina



No ato deste poema
 Venho te esclarecer
 Sobre a pandemia do vírus
 O que você deve saber
 É a febre do momento
 Que desde o surgimento
 Não foi possível combater.

Na cidade chinesa wuhan
 A doença se alarmou
 O novo coronavírus
 Ao mundo contaminou
 Causando preocupação
 A terrível destruição
 Muita gente já matou.



O novo coronavírus
 Tem sua fase principal
 Atacar o paciente
 Com insuficiência renal
 Ainda não tem tratamento
 Só o acompanhamento
 Que é feito no hospital.



É essencial lavar as mãos
 Medida de prevenção
 Usar máscara descartável
 Como uma precaução
 Manter o corpo hidratado
 Ter todo o cuidado
 Para evitar proliferação.

O novo coronavírus
 Trouxe preocupação
 Às autoridades de Estado
 Pela sua alta evolução
 A cada dia só aperta
 O continente em alerta
 Momento de aflição.



É preciso ter cuidado
 Não há remédio disponível
 O mundo está ameaçado
 Com essa doença terrível
 Que chegou tão de repente
 Contaminou o continente
 Fez um estrago horrível.

Só pelo microscópio
 Que se pode visualizar
 O mais perigoso vírus
 Que se pode imaginar
 Ele não é fantasia
 Segundo a biologia
 É um parasita intracelular.



Do território chinês
 Ele atravessou fronteiras
 Já chegou até na Itália
 Rompeu longas barreiras
 É o auge do momento
 Causando grande tormento
 Nas regiões seringueiras.



Em um tempo complicado
 Vive agora todo o mundo
 O cidadão e o vagabundo
 Todos são desprezados
 Pelo vírus empestado
 Que não livra ninguém
 Menino e velho também
 Tão na sua linha de frente
 E só sobrando pra gente
 Orar e se cuidar bem.

Onde surgiu só Deus sabe
 Se espalhando pelo mundo
 Causando estrago profundo
 Sem deixar um que se gabe
 Mas peço que logo se acabe
 Pra livrar o ente cidadão
 Esquecido no sertão
 Que não erra por malícia
 Mas por falta de notícia
 E da merecida atenção.

Conterrâneo o camponês
 Não conhece tal perigo
 Na falta dum governo amigo
 E que só fala estupidez
 Esquece a gente de vez
 Que no sofrimento assista
 O seu discurso fascista
 Sem solução pro problema

E nas letras desse poema
 Peço ao povo que resista.
 Eu por igual me padeço
 Os meus entes sertanejos
 De sol a sol sem lona
 Não conhece o tal corona
 Pois nem eu mesmo o vejo
 Seja na quentura ou em brejo
 Ele ataca sem piedade
 Sem querer saber a idade
 Ligeiro e sempre calado
 Uns com nada ou mascarado
 Mostrando a desigualdade.

Lá bem no oco do sertão
 Padece o povo na fome
 A máscara cedo some
 Na falta da informação
 Sobra muito a precisão
 Falta de saúde também
 Escola por lá não tem
 Na ausência de um computador
 E o filho do agricultor
 Padece mais que ninguém.

A perda maior que se tem
 É aquela estrela que brilha
 O ente da nossa família
 Tesouro amado e maior bem
 Que sofre e morre também

Por esse bicho imoral
 Pega todo mundo por igual
 No novo e velho peitando
 E o nosso povo matando
 Na fila de um hospital.
 Vamos orar a Deus do céu
 E sendo curto e direto
 Andando junto e bem reto
 Ninguém vai tirar o chapéu
 Fazer a máscara de véu
 Protegendo cada irmão
 Pois amor é proteção
 Carinho e cumplicidade
 Vamos bater a maldade
 Destruindo esse vilão.
 Vendo o grande sofrimento
 Nosso povo no lamento
 Orando a tarde seu terço
 Sem ter vindo de bom berço
 Com os pés sujo de pó
 Vencendo as barreiras e os nó
 Mas agora é diferente
 Pois essa massa de gente
 Anda cada um por si só.



¹ João Vitor Andrade é graduando do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí; técnico em Agropecuária formado pela EFASA-Pedro II-PI no ano de 2019; e é poeta cordelista há mais de três anos com um livreto publicado e tem mais de 50 poemas de sua autoria.

Iael de Souza²

A pandemia do Covid-19 desvela as vantagens do rural em relação ao urbano, do campo em relação à cidade. Enquanto nas zonas urbanas e nas grandes cidades aqueles que têm condições de “ficar em casa” encontram-se “presos” em confinamento, nas áreas rurais as pessoas conseguem dar sequência à vida, embora tomando todas as precauções necessárias e recomendadas pelas agências de saúde nacionais e internacionais, alterando um pouco a rotina.

De toda maneira, as mudanças no campo não são bruscas e intensas como nas cidades. Krenak (2020, p. 4), ao retornar à sua reserva indígena para ficar junto da família devido à pandemia, indaga: “Como posso explicar a uma pessoa que está fechada há um mês num apartamento numa grande metrópole o que é o meu isolamento? Desculpem dizer isso, mas hoje já plantei milho, já plantei uma árvore...”.

A relação direta com a natureza, suas matérias e objetos, o conhecimento sobre suas ervas e folhas, sobre sua biologia, química e física são aliados poderosos para fortalecer o corpo e a mente contra o coronavírus. A natureza nos presenteia com todos os elementos e ingredientes naturais para aumentar a imunidade e, como é sabido desde a antiguidade clássica: “corpo são, mente sã”.

Enquanto isso, nas cidades, cientistas e pseudo-cientistas, em total desacordo, debatem acerca do uso ou não da cloroquina, dos seus efeitos colaterais para o corpo humano. Os urbanoides são completamente dependentes dos fármacos e suas substâncias químicas produzidas em grandes laboratórios que faturam milhões com as doenças do mundo industrial, “civilizado”. A doença gera lucro, por isso, o que realmente importa para esses conglomerados farmacêuticos é combatê-la gerando efeitos colaterais.

Infelizmente, o campo também é atingido por doenças devido ao uso indiscriminado, e mesmo desnecessário, de agrotóxicos, que contaminam o solo, as águas (lençóis freáticos, lagos, rios, mares, etc.), os vegetais, a flora, a fauna e os seres humanos. O processo de modernização/industrialização do campo e incorporação de novas técnicas/tecnologias oprime o cérebro dos vivos, dos anciãos e seus saberes centenários, milenares, ancestrais. Há resistências, mas, infelizmente, não abarca a maioria da juventude. Apenas uma pequena parcela se interessa em aprender e dar continuidade às tradições que, inclusive, poderia salvá-la do processo de mercadorização e coisificação da sociedade capitalista e do sociometabolismo do capital.

Ainda assim, apesar de todos os pesares, o campo ainda apresenta vantagens sobre a vida citadina. Diferentemente das grandes cidades, nas zonas rurais se encontram as comunidades. Os moradores se conhecem e, invariavelmente, estão unidos por laços de solidariedade e reciprocidade, auxiliando-se mutuamente nas mais variadas situações. Algo cada vez mais raro nos grandes centros urbanos, onde as pessoas não se encontram, mas apenas colidem umas com as outras, e nessa colisão se olham sem verdadeiramente se enxergar. Estão todos correndo para lá e para cá, premidos pelo tempo, pela produtividade, pelos resultados, pela competitividade e concorrência entre os pares.

²Doutora em Educação pela UNICAMP/SP. Mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Marília. Professora efetiva do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (LEDOC-TERESINA).

O novo vírus obrigou os habitantes das cidades a frearem o seu ritmo, a (re)valorizarem aquilo que deixaram, há muito tempo, de dar valor. Dentre eles está a vida no campo concomitante às mudanças ocorridas no próprio campo, na relação dos seres humanos com a natureza mediante a produção destrutiva (MÉSZÁROS, 1996) do sistema capitalista.

Comparações são feitas, ações são reavaliadas, outras possibilidades são aventadas... Porém, nada será mudado, de fato, se os trabalhadores do campo e da cidade não se mobilizarem, organizarem, pressionarem e lutarem pela transformação radical do modo de vida presente, exigindo sua supressão e superação, uma nova forma histórica para além do capital.

AIDS, Ebóla, MERS, SARS-1, H1N1, Zika, SARS-2 e todas as demais doenças e epidemias que estão por vir, com menor distância de tempo uma da outra como resultado do modo de produção nefasto desenvolvido e universalizado por uma minoria e acatado/ legitimado, por omissão, pela maioria, não são uma vingança da Natureza, mas tão-somente a reação dela tentando se proteger. Como assevera Souza Santos (2020, p. 23): “Não se trata de vingança da Natureza. Trata-se de pura autodefesa. O planeta tem de se defender para garantir a sua vida. A vida humana é uma ínfima parte (0,01%) da vida planetária a defender”.

Ressoam, aqui, as palavras de Eliane Brum (“O vírus somos nós...”. El País, 2020): “o inimigo somos nós. Não exatamente nós, mas o capitalismo que nos submete a um modo mortífero de viver. E, se nos submete, é porque, com maior ou menor resistência, o aceitamos. Escapar do vírus da vez poderá não nos salvar do próximo”. E são complementadas com a assertiva de Sousa Santos (2020), alertando para a necessidade de que

(...) a humanidade assuma uma posição mais humilde no planeta que habita. Uma humanidade que se habitue a duas ideias básicas: há muito mais vida no planeta do que a vida humana, já que esta representa apenas 0,01% da vida existente no planeta; a defesa da vida do planeta no seu conjunto é a condição para a continuação da vida da humanidade. De outro modo, se a vida humana continuar a pôr em causa e a destruir todas as outras vidas de que é feito o planeta Terra, é de esperar que essas outras vidas se defendam da agressão causada pela vida humana e o façam por formas cada vez mais letais. Nesse caso, o futuro desta quarentena será um curto intervalo antes das quarentenas futuras (SOUSA SANTOS, 2020, p. 31).

Precisamos nos perguntar por quanto tempo ainda “a parte minoritária, mas dominante, da humanidade seguirá sendo o vírus hediondo e suicida, capaz de exterminar a própria espécie ao destruir o planeta-corpo que a hospeda”? (“O vírus somos nós...”. El País, 2020). Permitiremos e consentiremos com nossa própria autodestruição? A única certeza é que a história não está construída, está em construção e somos nós, através de nossas ações ou omissões, que contribuimos para dar os rumos dessa história e da história.

Eu quero uma casa do campo na cidade!

Referências

“O vírus somos nós (ou uma parte de nós)”. *El País*, 25 de março de 2020. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-25/o-virus-somos-nos-ou-uma-parte-de-nos.html>.

MÉSZÁROS, István. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. Trad. Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. São Paulo: Ensaio, 1989. (Cadernos Ensaio, Pequeno formato; v.5). 2ª ed, 1996.

KRENAK, Ailton. *O Amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

Ednelma do Carmo Cruz
Pedro Luiz Oliveira Britto*Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI/Teresina*

As várias sociedades atuais vivenciam um contexto de rígido isolamento social provocado pela pandemia do novo Coronavírus, declarada no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde em detrimento da ascensão do número de casos da COVID-19 em toda extensão do globo terrestre.

O alto índice de contágio e a letalidade do vírus em determinados grupos levaram as esferas políticas de países em vários continentes a adotarem restrições de atividades não essenciais e distanciamento entre cidadãos como forma de frear a curva de contágio e impedir um colapso nos sistemas de saúde a fim de preservar a vida.

No Brasil, o primeiro caso da patologia foi registrado em 26 de fevereiro do corrente ano e desde este momento os governos estaduais, municipais e outras entidades aderiram a paralisações com o propósito de mitigar aglomerações. Com isso, o setor educacional cessou por tempo indeterminado as atividades de ensino, dentre as quais as Universidade, com suspensão do ensino, da pesquisa e da extensão de forma presencial, permanecendo apenas as atividades essenciais. A UFPI seguiu também esse caminho. Tal atitude preservou a saúde dos estudantes, mas inevitavelmente trouxe prejuízos ao ano letivo com a suspensão dos calendários acadêmicos.

Nesse sentido, a Professora Keylla Melo, coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Centro de Ciências da Educação, nos concedeu entrevista para esclarecer as articulações para a volta das aulas pós-pandemia, explanar opiniões sobre o isolamento e expectativas para o novo modo de ensinar após a crise.

Pedro Luiz: Desde a classificação do Sars-Cov-2 como pandemia pela OMS, as entidades políticas de todo o planeta adotaram diligências de restrição a aglomerações. Com isso, as atividades das instituições de ensino ficaram temporariamente suspensas. Na UFPI, as atividades foram paralisadas em março com a suspensão dos calendários acadêmicos. Na sua opinião, foi uma decisão acertada?

Professora Keylla Melo: Sim, eu concordo até porque nós estamos em uma situação de pandemia, isto é, uma crise mundial que nos deixa numa situação de indefinição, pois infelizmente nós não sabemos direito como lidar com ela. Nós estamos enfrentando e, ao mesmo tempo, avaliando, atualizando as nossas posturas, nossos comportamentos e decisões. A UFPI tinha que seguir os protocolos da OMS, Ministério da Saúde, os decretos que foram sendo promulgados pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de Teresina. Então, como forma de preservar a vida dos sujeitos, como uma instituição que aglomera pessoas, foi preciso suspender. Inicialmente, o calendário foi suspenso com previsão de retorno para abril, pois imaginava-se que a situação não se agravaria tanto. Então, logo em abril, a UFPI aprovou uma outra Resolução suspendendo os calendários acadêmicos por tempo indeterminado e, ainda hoje, nós estamos nesse cenário. Os estudos mostram que nós não temos ainda uma previsão para sair da crise e eu acredito que sem uma vacina é muito difícil precisar esse tempo.

Ednelma: Gostaríamos de saber também quais os prejuízos que essa paralisação trouxe para os cursos, sobretudo, para a Licenciatura em Educação do Campo.



Professora Keylla Melo: Primeiramente, eu gostaria de ressaltar que o maior ganho é a preservação da vida. Mas claro que, inevitavelmente, nós temos diversos prejuízos. Inclusive, temos estudantes com COVID-19 em uma situação bem difícil. Temos a dispersão dos estudantes como um prejuízo muito grande, sobretudo no curso de Licenciatura em Educação do Campo, onde a coletividade é um princípio basilar. Queremos muito manter o contato com eles, mas infelizmente está difícil porque muitos telefones não funcionam, outros não têm acesso à internet em suas moradias, então claro que vai ser bem complicado. Houve a ruptura das atividades, tivemos a suspensão do calendário em pleno Tempo Comunidade, então isso com certeza desvia o foco dos estudantes. Vários fatores impediram que as orientações continuassem. Também houve atrasos nas formaturas, muitos estudantes já queriam ter se formado, estar com seus diplomas ou, pelo menos, com a certidão de conclusão. Outro prejuízo é a ansiedade dos docentes, dos estudantes, pois é um período difícil que nos imobiliza pela indefinição. Então, claro que são muitos prejuízos, mas eles são mínimos se compararmos com a preservação da vida de cada um.

Pedro Luiz: Em relação às perdas, que ações estão sendo articuladas entre as coordenações de cursos, diretorias de centros, Pró-Reitorias e outras entidades universitárias para atenuar os impactos da paralisação?

Professora Keylla Melo: Na verdade, muita coisa está sendo feita pela UFPI, pelas diversas instituições e pelos diversos setores da Universidade, inclusive não só pela UFPI, mas por todas as instituições de educação superior. É difícil organizar um caos que foi instalado inesperadamente, por isso estamos em situação de erros e acertos, e às vezes eu acredito até que errando mais do que acertando, mas com esses erros é que vamos aprendendo a lidar com essa nova realidade que está posta. Então, em relação à pandemia, a UFPI tem muitas ações bacanas, muitos projetos de pesquisa e extensão, muita gente se voluntariando, confeccionando equipamentos de proteção individual para os hospitais, máscaras, trabalhando de forma virtual, claro. Há trabalhos voltados a crianças, a idosos, em termos de realização de atividades físicas, alongamento, ginástica funcional, leituras de livros infantis, brincadeiras, produção de cartilhas. Então, tem muita coisa bacana sendo feita. Além disso, há o processo também de desenvolver ventiladores mecânicos. O Hospital Universitário que é uma referência no tratamento da Covid19; há o hospital de campanha na quadra de badminton da UFPI gerido pela Fadex, que é a Fundação que gere financeiramente projetos dentro da Universidade. Em termos de atividades acadêmicas, há muito tempo também se vem pensando em como retomar as atividades, pois há muita pressão do Ministério da Educação para que essas atividades sejam retomadas de forma remota, mas não há uma aceitação de parte do corpo docente e de discentes, visto que, até então, não passaram no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX-UFPI), porque traz mais exclusão do que inclusão dos estudantes, tendo em vista que uma grande parte não tem acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) e se tem acesso é de forma esporádica, e isso iria gerar desigualdades muito grandes dentro do processo de ensino-aprendizagem. Foi lançada uma proposta de calendário especial que seria de atividades que não são obrigatórias, voltadas apenas para aqueles estudantes que têm acesso às tecnologias, mas esse calendário também não teve aprovação no Conselho. O que temos em âmbito da LEdoC é que precisamos finalizar o período 2019.2, pois estamos com a carga horária bem adiantada. Então, o que estamos pensando agora em termos de LEdoC são possibilidades de retorno das atividades no pós-pandemia, quando as atividades forem retomadas de forma mais ou menos segura. Temos pensado nos desafios e, a partir deles, traçado algumas possibilidades que incluam todos os estudantes indistintamente e que não aglomerem e não tragam riscos para ninguém, mas que todos os estudantes possam ter acesso. Por isso, temos feito uma busca ativo pelos alunos, porque temos que repensar a forma de disposição das atividades. A LEdoC possui um cenário delicado porque aglomera na sala de aula, aglomera no alojamento e no transporte.

Ednelma: Até agora, falamos um pouco sobre a paralisação do calendário acadêmico, em que a senhora ressaltou alguns prejuízos causados e, em seguida, falou um pouco das ações das entidades universitárias. Agora gostaríamos que expusesse um pouco sobre as expectativas de retorno das atividades acadêmicas que foram adiadas, como os estágios, relatórios, projetos e defesas de TCC. Está havendo reuniões para a discussão dessas questões?

Professora Keylla: Sim. Está havendo. Sempre que é lançada uma proposta pela administração superior, esta é colocada em análise e discussão para a tomada de decisão no Colegiado ou na Assembleia do Curso. Já nos reunimos algumas vezes e em nossa última assembleia, definimos que não aceitaríamos as atividades à distância para não excluir os estudantes, até porque a proposta era para que aqueles estudantes que não têm acesso às tecnologias fossem excluídos da matrícula, da disciplina. Sobre o retorno, não queremos atrasar as LEdoC's lá para janeiro ou para depois que os outros cursos estiverem de férias, de maneira alguma. E claro, quando retornarmos não queremos deixar ninguém para trás. Por isso, colocamos diversas possibilidades para a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação analisar e veificar o que é viável. O estágio é o nosso ponto crítico, porque apesar do Conselho Nacional de Educação ter emitido um parecer permitindo que o estágio seja feito de forma remota, a Secretaria de Educação Superior do MEC proibiu, pois o estágio é uma atividade prática. Em relação ao TCC, nós nem acreditamos que seja um prejuízo tão grande, orientamos que os nossos docentes conversassem com os estudantes que ainda não fizeram pesquisa de campo para replanejar o seu projeto de pesquisa, de forma que não necessite o deslocamento, aglomeração, aproximação com pessoas, para que possam fazer um outro tipo de atividade por telefone ou envio do roteiro de entrevista, de questionário por e-mail, ou, se for possível, uma revisão de literatura para que não atrase esses trabalhos. Outra questão é a finalização do Tempo Comunidade. Sabemos que alguns estudantes já finalizaram seus trabalhos, outros estão em vias de finalização, outros não conseguiram fazer a parte mais prática. Não tem nada certo, o que nós estamos pensando são propostas, possibilidades. Sobre as decisões, nós queremos que passe também pelo crivo dos estudantes, queremos que haja uma análise por parte dos estudantes como um todo, inclusive do Fórum Piauiense de Educação do Campo, que congrega alguns movimentos sociais do Piauí. O importante é que sejam propostas pensadas dentro de um coletivo maior.

Pedro Luiz: Certo, professora. Você expôs as questões em relação à paralisação, as articulações para a volta das atividades mesmo sem prazo definido. Voltando à questão da pandemia, a gente sabe que no momento em que estamos com quase 800 mil casos e mais de 40 mil mortos no Brasil, essa pandemia mudou todo o cenário social do Brasil e incrementou vários comportamentos que antes não eram tidos pela população. Focando na área educacional, quais aprendizados essa pandemia trouxe ou pode trazer tanto para professores atuantes quanto aqueles que estão em formação, no que concerne à maneira de se relacionar e a forma de lecionar?

Professora Keylla Melo: É uma excelente pergunta e que mobiliza muitas reflexões. Nós entramos numa nova normalidade, muito do que tínhamos antes, nós não temos mais; se nós tivermos que reviver isso é de forma saudosista, porque muita coisa mudou. Acredito que no campo do currículo, no campo da formação, no campo das práticas pedagógicas, práticas docentes, muita coisa mudou e nós precisamos nos apropriar dessas mudanças, transformar as nossas práticas, tanto as práticas educativas de forma mais geral, quanto as práticas pedagógicas. Precisamos pensar em outras formas de comunicação com os estudantes, ser mais sensíveis em relação a isso, sobretudo, em relação à igualdade de oportunidades, ao acesso. É preciso que pensemos em outras formas de comunicação, outros canais, outras ferramentas que nos tornam próximos mesmo distantes. Eu digo que é um desafio para os currículos tanto das escolas quanto da formação de professores, porque teremos que pensar em outros recursos, já que pensamos numa educação universal, que é para todos. É preciso que se repense isso e

que tenhamos uma ação mais colaborativa entre professores, vamos precisar pensar mais conjuntamente, mais interdisciplinarmente. Precisamos nos apropriar das mudanças, quer dizer, transformá-las em acessíveis. Precisamos evitar que os nossos estudantes e docentes tenham sobrecarga de trabalho, vamos precisar trabalhar muito mais na coletividade. As Tecnologias da Informação e da Comunicação devem ser uma pauta também dos movimentos sociais para que todos tenham acesso, porque estudiosos já falam de novas pandemias daqui para frente, até mesmo por conta do grande desequilíbrio ecológico. Então, nós precisamos nos preparar para outros cenários desse tipo, outros cenários de afastamento social, precisamos lutar e colocar como pauta de luta o acesso de todos os estudantes e professores a outros meio de acesso à informação e à comunicação, ao conhecimento. É preciso repensar o planejamento, currículo, a formação. Tem muita coisa para nós pensarmos juntos e muitos aprendizados. A questão que vocês trazem é muito relevante, porque tem muito aprendizado nisso tudo. A nossa criatividade precisa estar mais a florada, porque vamos precisar inovar no sentido de transformar aquilo que já existe para que o ensino e aprendizagem sejam cada vez mais viáveis e acessíveis a todas as pessoas.

SEÇÃO 01

A IMPORTÂNCIA DO ADIAMENTO DO ENEM 2020 PARA OS ALUNOS DO CAMPO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Victor Augusto Vieira Lopes

Graduando em Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (LEDOC-TERESINA)

A divulgação do cronograma do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) feita pelo Ministério da Educação (MEC) no final do mês de março de 2020, abalou educadores e educandos por divulgar que a realização da prova permaneceria, como de costume, no início de novembro. O abalo deve-se ao fato dessa divulgação ter ocorrido em meio à pandemia de Covid-19, que ocasionou o cancelamento temporário das aulas tanto no setor



privado quanto público. Soluções on-line para o ensino dos alunos foram pensadas e executadas nos dois âmbitos, porém, infelizmente, os alunos camponeses de rede pública não são beneficiados com tais medidas, pois a grande maioria não possui meios para acessar os materiais on-line em aplicativos de mensagens ou salas virtuais na chamada Educação à Distância – EAD.

O desleixo em não alinhar as datas de aplicação da prova com o período letivo reflete diretamente naqueles que não estão tendo nenhum tipo de recurso para estudar fora do ambiente escolar, seja por falta de acesso ou por falta de tempo por ajudar os pais em casa. Em ampla visão, o ENEM continua sendo o principal divisor de águas para as minorias terem acesso ao ensino superior, pois com o Sistema de Seleção Unificado (SISU) e o Programa Universidade para Todos (ProUni) ganham espaço nas vagas de universidades, respectivamente, públicas e particulares, sendo a última com obtenção de bolsas integrais ou de 50% que antes teriam que pagar por completo. Sem o devido preparo, fornecido pelas

aulas regulares nas unidades escolares, os alunos que residem na zona rural entrariam/entrarão na competição pelas vagas com um grande diferencial daqueles que estão recebendo educação virtual em seus notebooks e celulares.

Mantendo-se indiferente ao problema, a gestão do MEC, com o intuito de defender a permanência da data de realização do exame, alegando a importância do mesmo, criou campanhas de incentivo defendendo a possibilidade de realização de estudos em casa através de livros e outros recursos, quando uma totalidade de alunos, inclusive os de zona rural, não possuem condições de infraestrutura e materiais necessários para o que o MEC propunha. Apesar da constante mobilização do movimento feito por influenciadores digitais e milhares de pessoas no Twitter levantando a tag #AdiaENEM e abaixo-assinados para reivindicar os direitos daqueles que não têm por onde se pronunciar, o MEC mantinha “os olhos fechados” para o problema.

O posicionamento do ministro Abraham Weintraub revelou o descaso com a educação dos povos dos campos, o que afirma Canan e Silva (“Nós camponesas dizemos...”, Brasil de Fato, 2020):

Tratar a classe trabalhadora com o olhar da elite brasileira, que pode ter acesso à formação e informação, mesmo com a situação de pandemia que vivemos, é mais uma atitude genocida das muitas atitudes desumanas desse governo. Sabemos que sempre foi e é muito fácil pensar para quem ganha sem trabalhar, para quem tem o que comer sem se preocupar se vai faltar se repetir o prato, para quem não passa frio, para quem pode fazer terapias de relaxamento, para quem tem privilégios sociais etc. Mas que pensar, estudar, para quem está nas trincheiras da vida, lutando pela sobrevivência, vem sendo negado (CANAN, SILVA. 2020)

Após uma série de manifestos on-line e pedidos, um Projeto de Lei (PL) que adia a realização do Exame em virtude da pandemia foi aprovado no mês de maio pelo Senado Federal com 75 votos favoráveis e um contra. Na sequência, foi encaminhado para ser votado na Câmara dos Deputados. Antes mesmo do projeto chegar a ser votado na Câmara, o Ministério da Educação (MEC) se pronunciou e confirmou o adiamento da prova em uma nota publicada um dia após a vitória no Senado. Com esta garantia, um sentimento de alívio percorreu entre os alunos camponeses e outros demais que também não possuem acesso à internet banda larga em suas residências. Contudo, logo voltou a tensão, pois foi publicada uma notícia de que haverá uma pesquisa na página do participante onde os próprios inscritos irão ter que escolher as datas das provas (dezembro, janeiro ou maio).

Em um país no qual a Constituição alega o dever máximo do Estado de assegurar a educação como um direito de todos, colocar jovens que estão cursando ou terminaram recentemente o ensino médio, tendo eles uma média de 17 e 18 anos, para decidir a data de uma prova que possivelmente garantirá o futuro deles não deveria ser uma atitude tomada por um órgão próprio para decidir estas questões sobre a educação como o MEC, pois como assevera Hobbes (2006, p. 98) em sua tese bastante conhecida: “[...] torna-se manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição que se chama guerra. Uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens”. Logo, tendo em vista essa proposição, os estudantes não têm obrigação de ficar à frente desta resolução, bem como uma grande parte não possui meios de participar da resposta desta enquête.

O enfoque na discussão e na perseverança em manter a realização da prova para depois do período letivo se mantém de pé, junto com a esperança de achar uma solução para o problema que, de fato, devia estar havendo: o vírus. A realidade de todos não é mesma nem antes, nem durante e nem após a pandemia que assola o mundo. O que resta a todos aqueles, que uma vez obrigados a permanecer de

certa forma calados enquanto lhes é tentado tirar meios de “crescer”, é acreditar que existem aqueles que se importam e lutam em menção dos seus nomes.

Com toda esta situação, espera-se o reconhecimento das falhas presentes no sistema educacional, como falta estrutura para, por exemplo, utilizar de outros meios de ensino como medida alternativa caso necessário, entre outros déficits na educação, o que afirma Senhoras (2020):

(...) faz-se necessário compreender que este choque exógeno trouxe um legado relevante para os policymakers no mundo à medida que a maioria dos países não estavam preparados para situações emergenciais e tampouco as infraestruturas de internet e as estratégias de Ensino à Distância estão maturadas nos Sistemas Nacionais de Educação, razão pela qual se torna indispensável avançar neste frente de modo acoplado e contínuo dentro do próprio ensino presencial. (SENHORAS, 2020, p. 135).

Na espera de tais aclamações, os estudantes camponeses seguem na árdua luta pela sua própria educação, e esperam o momento em que seus direitos sejam totalmente assegurados e a sua vez não seja esquecida.

Referências

CANAN, A. SILVA, E. da R. “Nós camponesas dizemos #AdiaENEM pelo direito de acesso à educação!”. Brasil de Fato, 16 de maio de 2020. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/16/artigo-nos-camponesas-dizemos-adiaenem-pelo-direito-de-acesso-a-educacao>

HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e Educação: análise dos impactos assimétricos. *Boa Vista: Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 2, nº 5, 2020.

SEÇÃO 01

AULAS DESENVOLVIDAS DE FORMA REMOTA: OS DESAFIOS E A REALIDADE DAS ESCOLAS DO CAMPO

Ana Amélia Mesquita Lima de Sousa

Graduando em Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (LEDOC-TERESINA)

Luiz Jesus Santos Bonfim

Mestre da Educação pela UFPI. Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC-TERESINA)

Em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19), foi estabelecida uma série de normativas em nível federal, estadual e municipal visando combater a pandemia: Lei Federal nº 13.979 de 06.02.2020, atendendo o disposto no Decreto Estadual do Piauí nº 18.884, de 16 de março de 2020 - determina o isolamento social e a suspensão de atividades não essenciais, em que cita no seu Art. 10: “Determinada a imediata suspensão das aulas por quinze dias”; Decreto Municipal de nº 19.574, de 2 de abril de 2020, no seu Art. 1º “Dispõe sobre a antecipação das férias escolar da Rede Pública Municipal de Ensino, por mais um período de 28 (vinte e oito) dias, a contar de 03.04.2020 a 30.04.2020”; o Decreto Estadual nº 18.913, de 30 março de 2020, no seu Art. 1º, § 1º: “ Da determinação de suspensão das aulas da rede pública municipal de ensino, para a rede privada, bem como para as instituições de ensino superior, públicas e privadas”, adotadas como medidas de prevenção à pandemia do novo coronavírus.

A partir dessas normativas, a Secretaria de Estado de Educação do Piauí (SEDUC) e Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC), passaram a planejar e propor ações para serem implantadas pelos professores juntamente com a equipe gestora das escolas, com a utilização de recursos tecnológicos e com envio de atividades impressas. Deixando sob a responsabilidade dos pais o acompanhamento das atividades.



Segundo o Secretário Municipal de Educação de Teresina, Kleber Montezuma, a princípio as aulas da rede pública municipal retornarão de forma remota, para os alunos do ensino fundamental, que serão transmitidas gratuitamente, por meio de um canal do YouTube, atendendo cerca de 55 mil alunos, e por meio de uma TV aberta de Teresina, que será contratada, para transmissão das aulas, em especial para os alunos da zona rural, atendendo 10 mil alunos que não possuem acesso à internet, além de atividades impressas, que serão encaminhadas aos alunos. Apenas os alunos da educação infantil não serão inclusos nesse primeiro momento. Já os alunos da rede estadual de ensino foram os primeiros a serem contemplados com a implantação do regime de aulas remotas, logo no mês de abril.

Aulas remotas são aulas de caráter emergencial, ministradas por professores em home office, em sua maioria no horário convencional da aula presencial, por meio da utilização de recursos tecnológicos.

Ainda segundo Kleber Montezuma, com a adesão das aulas remotas, as escolas devem cumprir o que determina a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Art. 24, inciso I, que a “Carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por no mínimo 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar[...]”. Mantendo excepcionalmente a obrigatoriedade das 800 horas-aulas e não necessariamente os 200 (duzentos) dias letivos de trabalho escolar.

Com a suspensão das aulas, é necessário que os pais façam novas adaptações no seu dia a dia, sendo necessária a elaboração de uma nova dinâmica, que pode incluir uma tabela de horários para as atividades diárias, inclusive para assistir as aulas remotas.

É importante considerar a estrutura material necessária para a realização das aulas remotas, já que muitas moradias não possuem espaço físico adequado, além de muitos alunos não possuírem acompanhamento durante a realização dessas atividades, que é de grande valia, uma vez que a explanação do conteúdo pela televisão não é suficiente e pode deixar dúvidas. Estes aspectos são determinantes para a motivação e desenvolvimento do senso de responsabilidade por parte do aluno, em se dedicar o suficiente aos estudos sem a presença física do professor. Mas, não estaríamos vivendo um retrocesso educativo, com uma nova ou velha modelagem educacional? Pois o Brasil é um país em que a desigualdade socioeconômica é avassaladora e o acesso aos meios de comunicação ainda é muito restrito. Mesmo com o avanço tecnológico, este método está sendo produtivo, satisfatório e acessível para todos? É necessário refletir sobre esses fatos, tendo em vista a grande dependência e as limitações das aulas remotas pelo ambiente virtual.

Com as aulas desenvolvidas de forma remota, o aluno tende a ter mais possibilidade de um baixo rendimento no aprendizado, pois não terá contato físico com o professor nem interação com a turma, ficando mais restrita a possibilidade de sanar dúvidas, estando mais propício a adquirir doenças da visão, pela maior exposição à tela dos aparelhos eletrônicos; maior distração durante as aulas, tornando-se ainda mais desafiador aprender em meio à pandemia, por meio das aulas remotas.

Nesse contexto das aulas remotas, as especificidades das escolas do campo devem ser consideradas, uma vez que o povo camponês possui algumas limitações, como: o analfabetismo, que ainda é predominante entre os adultos. O Censo de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) revelou que “A taxa de analfabetismo no Brasil é de 7,0%. Faz parte dessa população indivíduos com 15 anos ou mais, isso representa 11,5 milhões de pessoas”. A pesquisa só confirma a realidade de muitos pais; por residirem no meio rural, muitas famílias não possuem acesso à internet, e quando o tem é de péssima qualidade; por não possuírem aparelhos eletrônicos como o celular, computador e TV; com a suspensão das aulas, os pais que, em sua maioria, sobrevivem das atividades do campo, como pequenos agricultores, têm que se adaptar a uma nova rotina, já que os ciclos de plantação e colheita não esperam.

Os desafios e a realidade das escolas do campo são distantes das perspectivas das aulas desenvolvidas de forma remota, pois há vários fragmentos em sua especificidade, que não são considerados quando direcionados para as escolas do campo, fragilizando o ensino e o acesso, pois em pleno século XXI ainda há comunidades rurais sem energia elétrica, impedindo qualquer tipo de comunicação, além da extrema pobreza presente em diversas comunidades camponesas. As especificidades citadas devem ser analisadas e consideradas, diante das determinações que ferem a Legislação quanto “as garantias de acesso e permanência a escola”, como cita o Art. 3º, inciso III da LDB/96.

Mesmo com a atenção voltada para as escolas do campo, atentando-se a suas peculiaridades como a disponibilidade de um canal de TV para as aulas remotas, o acesso não alcançará a todos. Nesse sentido, torna-se necessário aferir e contabilizar de forma mais próxima as deficiências e as fragilidades das aulas desenvolvidas de forma remota nas escolas públicas, em especial nas escolas do campo, visto que ainda possuem muitas limitações por estarem em âmbito rural e restrita a algumas particularidades, que não são atendidas.

REFERÊNCIAS

Analfabetismo no Brasil. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/>> Acesso em: 30 de maio de 2020.

Aulas Remotas Em Teresina Rede Municipal. Disponível em: <<https://www.meionorte.com/>> Acesso em: 24 de maio de 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 7 de fev. de 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-13979-6-fevereiro-2020-789744-publicacaooriginal-159954-pl.html>. Acesso em 23 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LBD. Brasília, 1996.

O Que São Aulas Remotas. Disponível em: <<https://brainly.com.br/>> Acesso em: 31 de maio de 2020.

PIAUÍ. Decreto Estadual do Piauí nº 18.884, de 16 de março de 2020, regulamenta a Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro 2020, dispõe sobre as medidas de emergência de saúde pública de importância internacional e tendo em vista a classificação da situação mundial do novo Coronavírus como pandemia, institui o comitê de Gestão a Crise, e da outras providências. <<https://portal.sefaz.pi.gov.br/wpcontent/uploads/2020/03/Decreto-18.884-de-16-03-2020-1.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2020.

TERESINA. Decreto Municipal de nº 19.574, de 2 de abril de 2020. Dispõe sobre a antecipação das férias escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, pelo período de mais 28 (vinte e oito) dias, na forma que especifica. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/34/2020/>. Acesso em 20 de maio de 2020.

Eliana de Oliveira Silva –
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI/Teresina

A atual crise pandêmica causada pela disseminação do Coronavírus é uma ameaça real para toda a população do mundo. A cada dia, os noticiários divulgam informações sobre número de mortos, contágios, fechamento de quarentena, distanciamento social, escassez de produtos básicos nas casas, especulação e acumulação de alimentos, fechamento de escolas, entre outras.

Segundo Souza Santos (2020), qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para um grupo social de que para outros e mais difícil para um grupo vasto de cuidadores (trabalhadores), cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população. Os trabalhadores rurais, responsáveis por boa parte da produção de alimentos que abastece a mesa dos brasileiros, se incluem entre aqueles grupos cujo trabalho é de fundamental importância para a sobrevivência da população.

Contudo, percebe-se uma indiferença em relação às condições prementes dos camponeses e camponesas, bem como o aumento da precariedade e desigualdade ampliada pela pandemia do coronavírus. A ausência de políticas públicas específicas voltadas para a prevenção, tratamento de saúde e condições de sobrevivência contribuem para a disseminação do vírus nas comunidades rurais.

Nesse cenário, torna-se cada vez mais necessário a atuação dos movimentos sociais organizados, sindicatos, entre outros grupos, cujo objetivo seja a defesa de políticas públicas para o homem e a mulher no campo, sejam elas, na saúde, educação, reforma agrária, assistência técnica, inclusão da juventude, das mulheres e da terceira idade, com a finalidade de construir uma sociedade mais justa, democrática e igualitária; na defesa permanente dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

Com o propósito de conhecermos como os movimentos sociais e sindicais vêm atuando no sentido de reivindicar políticas públicas para a população camponesa piauiense, entrevistamos a Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí (FETAG/PI), Elisângela Maria dos Santos Moura.

Eliana de Oliveira: Quais as ações que estão sendo realizadas pela FETAG-PI para o enfrentamento do novo coronavírus, no tocante aos impactos da pandemia para os trabalhadores do campo?

Elisângela Maria: Estamos vivenciando um grande desafio social na saúde da população mundial neste ano de 2020. A Pandemia do Coronavírus (COVID -19) assola inúmeras nações, entre elas, a população piauiense. Destacamos que muitas ações estão sendo realizadas, porém ainda existem grandes preocupações, principalmente no avanço da proliferação que toma proporções elevadas, sendo necessárias medidas enérgicas imediatas. Com tudo isso, estamos realizando reuniões com diretoria ampliada e polos sindicais através de videoconferência para conscientizarmos nossa base a respeito dessa grande pandemia que estamos vivenciando. Também estamos realizando uma campanha de solidariedade para arrecadar material de higiene, máscaras, álcool 70% e alimentos não perecíveis, com apoio de todos os STTR do Estado, e coordenação de polo sindical.



Elisângela Maria: Diante de todas as dificuldades enfrentadas nesse momento histórico, sabemos que a disponibilidade e qualidade da água em todas as comunidades rurais ainda é um dos problemas mais graves. Com o objetivo de reivindicar e mobilizar a resolução dessa problemática, assim como de outras necessidades ligadas à pandemia do coronavírus, a FETAG/PI representada por toda a diretoria, enviou uma pauta para o Governo do Estado cobrando políticas públicas estruturantes para esse momento da pandemia.

Eliana de Oliveira: No que se refere ao desenvolvimento das atividades agrícolas no campo, quais as consequências da pandemia do coronavírus para os trabalhadores e trabalhadoras rurais nesse período?

Elisângela Maria: Os agricultores não querem parar sua produção. O que nos preocupa é que, infelizmente, a logística ainda é muito concentrada. Uma corrida desenfreada dos grandes supermercados, por exemplo, poderia causar atraso em entregas, porque nós dependemos de um transporte quase 100% rodoviário e controlado por grandes empresas, ou seja, não utilizam a produção local para alimentar a população e isso traz um prejuízo enorme para o campo dar conta de uma de suas missões que é a produção de alimentos. Essa é, de fato, a dificuldade que é colocada para os trabalhadores rurais, e onde muitos não têm estrutura para se defender nesse momento de crise sanitária. Infelizmente somos uma classe prejudicada, pois mesmo com alguns créditos liberados, não temos ferramentas de acesso.

Eliana de Oliveira: Qual a visão da FETAG-PI sobre o adiamento do ENEM 2020 para a juventude do campo?

Elisângela Maria: A FETAG-PI juntamente com a CONTAG, defenderam o adiamento das provas do Enem deste ano, por entender que a nossa juventude seria muito prejudicada, nossos jovens rurais não têm acesso ao mundo digital, as comunidades rurais não têm internet. Entendemos que Enem tem que ser uma porta de acesso à universidade para todos e não pode ter desigualdade de acesso a conteúdo para fins de acesso à universidade. Os jovens rurais seriam os mais prejudicados, pois nessa pandemia eles não estão assistindo aulas e muitos também não têm celular para assistir aulas virtuais, como a propaganda do governo federal mostra que é acessível. Por isso, entendemos que as provas do Enem devem ocorrer no final do ano, para que possamos ter um "acesso igualitário" às universidades.

Eliana de Oliveira: Quais as medidas adotadas pela FETAG-PI para o atendimento dos trabalhadores rurais, no que diz respeito à base em seus sindicatos para encaminhar benefícios previdenciários e outros atendimentos?

Elisângela Maria: Durante a Pandemia muitos serviços foram reduzido, inclusive no setor previdenciário, pois não podemos descumprir os decretos, no entanto, estamos trabalhando em ritmo revezado, agendando virtualmente alguns atendimentos onde muitas vezes não funciona, e os nossos agricultores e agricultoras familiares ficam prejudicados, mas estamos a cada dia cobrando esses setores, principalmente para que seja eficaz o funcionamento do INSS digital.

Eliana de Oliveira: Sobre a Educação do Campo nesse período de pandemia, qual a visão da FETAG-PI em relação às aulas remotas para a juventude e educação infantil no campo?

Elisângela Maria: A visão da FETAG é que a educação remota para os sujeitos do campo não é eficaz, pois não chega nas comunidades. Sabemos que apenas 53% da população rural do Brasil tem internet, porém via rádio, que não funciona cotidianamente, ou seja, nem aparelhos adequados temos para seguir com essa educação remota. Somos totalmente contra, pois a mesma não é uma educação à distância que chega em fases, infelizmente não é uma educação igualitária que lutamos para os sujeitos do campo.

Eliana de Oliveira: Sobre solidariedade, o que a FETAG-PI tem feito para ajudar os trabalhadores do campo nesse sentido?

Elisângela Maria: A FETAG está realizando uma campanha solidária em parceria com todos os sindicatos, para arrecadar cestas básicas, álcool 70%, material de limpeza. Esses produtos serão distribuídos para camponeses mais necessitados. Os detalhes dessa campanha encontram-se publicados em edital disponibilizado no site da FETAG/PI.

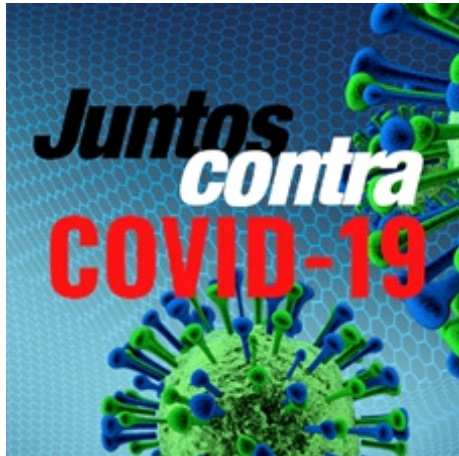
Eliana de Oliveira: Em tempos de isolamento social, as mulheres tendem a correr um risco muito maior devido à violência doméstica. Qual a visão da FETAG-PI sobre a violência doméstica no campo no período de pandemia da COVID-19?

Elisângela Maria: Em um número incontável, as mulheres do campo estão vivenciando muitos relacionamentos abusivos. O isolamento proposto para evitar o contágio do vírus abriu caminho para o avanço de uma velha conhecida, especialmente de crianças e mulheres: a violência doméstica. Dados recém-divulgados mostram que estupros, agressões e assassinatos envolvendo os dois grupos dispararam ou tendem a aumentar na quarentena. Com o objetivo de contribuir para amenização desse problema estamos numa campanha de conscientização nessa pandemia. Os detalhes dessa campanha encontram-se publicados no site da FETAG/PI.

Eliana de Oliveira: Os horticultores, principalmente do município de Teresina, fornecem alimentação para as escolas, como também para a manutenção do mercado local. Quais as consequências que esses agricultores tiveram nesse período de pandemia? E quais as medidas que a FETAG tomou para ajudar os mesmos nesse sentido?

Elisângela Maria: Entregamos um documento de reivindicação ao governo do Estado, principalmente enfatizando a questão das feiras locais, orientando nossos agricultores/as familiares na conscientização que uma das medidas necessárias é o isolamento social, mas sabemos que os efeitos da quarentena, restrição ao funcionamento do comércio e das feiras livres locais, por exemplo, vêm repercutindo num quadro de instabilidade econômica e social dessas famílias que sobrevivem da comercialização dos seus produtos agrícolas, produzidos em regime de economia familiar, assim como afetando diretamente a segurança alimentar e nutricional da sociedade piauiense. Uma das propostas foi que o Estado, em conjunto com os municípios, organizem uma estrutura de compra em caráter de urgência dos produtos da agricultura familiar para a distribuição de cestas básicas de alimentos para as famílias em situação de vulnerabilidade. E que seja implementado no estado o PAA Estadual para garantir aquisição de produtos da agricultura familiar com distribuição simultânea às famílias em vulnerabilidade social.

Francisco José de Macedo

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI/Teresina

Peço licença ao Senhor
 O dono da divindade
 Para escrever o cordel
 Expondo a minha verdade
 Sobre o desafio da vida
 Neste mundo só de ida
 E de pouca solidariedade.
 Os médicos fazem o possível
 Usando da medicina
 Para salvar sua pátria
 Da mais terrível chacina
 O governo não aprova
 E mando o povo pra cova
 É triste a sua sina.

Isso é muito desumano
 O seu povo sacrificar
 Ser contra a medicina
 Sem os médicos o valorizar
 Só visa o capitalismo
 Põe o povo no abismo
 Pra economia não parar.

A categoria de médico
 Está fazendo sua parte
 Tentando salvar vidas
 Do mais terrível desastre
 Que já vitimou muita gente
 Os médicos lutam de frente
 A garantia que temos
 Como padrão principal
 É temer o feroz fascismo
 Um ódio cru e desleal
 Onde a ganância do rico

Em tudo mete o bico
 Faz trambiques radical.

Hoje se vive um cenário
 O pior já registrado
 Na política brasileira
 O povo vive frustrado
 Com tamanha covardia
 Em meio a pandemia
 Com um governo desastrado

Isso ocorre na saúde
 Também na educação
 Em todas as esferas
 Existe a corrupção
 O Brasil tá no vermelho
 É triste o seu espelho
 E vergonhoso pra nação.

Nessa guerra que vivemos
 Contra um inimigo viral
 O preço da vida é caro
 Quando a luta é desigual
 Culpa de uma má gestão
 Hoje se ver a população
 Morrendo no hospital.
 Com o poder da sua arte.

Não somos mais os mesmos
 Vivemos em outro patamar
 Tomando medidas drásticas
 Sem um irmão abraçar
 Fora da normalidade
 O mundo em coletividade
 Já não se pode mais confiar.

A rotina que era antes
 Agora virou isolamento
 Um lockdown total
 O homem em confinamento
 Numa sociedade fascista
 Onde se ver o capitalista
 Subordinando o momento.

E assim fica difícil
 Complicado de entender
 Se o capitalismo tenta lucrar

E assim fica difícil
 Complicado de entender
 Se o capitalismo tenta lucrar
 Duro é para o pobre viver
 Num país tão desigual
 Cujo direito não é igual
 Pra quem quer sobreviver.

Em meio a tanta desgraça
 Existe o especulador
 Pessoas que se aproveitam
 De quem tá sofrendo na dor
 Falta solidariedade
 Menos negatividade
 Já basta o vírus agressor.

João Vitor Andrade

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI/Teresina

O nosso momento é duro
 Pesado e de pouca sorte
 Padece o povo na morte
 Sem saber nosso futuro
 Lamentação e murmuro
 Se falam por todo canto
 Muita gente sem ter manto
 Perdendo em parte seu brilho
 Mãe chora a morte do filho
 Num triste e penoso pranto
 Desde quando eu era menino
 Via os mais velhos falar
 Que qualquer dia chegará
 Tá marcado no destino
 Os dias ficariam mais fino
 E os tempos teriam fim
 Como as coisas tão assim
 Acho que já tá chegando
 Mas aqui vou eu rezando
 Pra ter os meus perto de mim.

Com as letras desse poema
 Falo a meu povo querido
 Vamos ser mais protegido
 Montar um bom esquema
 Pois nos dias desse problema
 Todo dia é uma coisa nova
 Esse sofrer é maior prova
 E seja na cidade ou no campo
 Já começou o ano pesado
 Muita morte vindo à tona
 Tudo doente do corona
 Um bicho novo e empestado
 Nosso povo tem levado
 O velho e o menino forte
 Lá para o abismo da morte
 Deixando muitos sofrendo
 Pois só não está aqui morrendo
 Quem tem mesmo muita sorte.

Quem mais sofre no momento
 É meu amigo camponês
 Que foi esquecido outra vez
 Na miséria e no lamento
 Não é visto seu sofrimento
 Nem é lembrado seu nome
 Já a desigualdade não some
 Que enquanto a cidade e os os
 prédios
 Sofrem afogados no tédio
 O sertão morre na fome.

Como é triste essa sina
 Vendo logo me padeço
 O camponês reza o terço
 Na falta da medicina
 Já os meninos sem vacina
 Vivendo só com esmola
 Sem ter nada na sacola
 Nem os pais um trabalho
 Vivendo com espantinho
 E os filhos sem uma escola.
 Joga esse maldito grampo
 Nossos parentes na cova.

Tudo podemos perder
 Menos a estrela que brilha
 O ente da nossa família
 Aquele maior bem querer
 Que pode muito sofrer
 Se ninguém tiver consciência
 Deixar pra lá a inteligência
 E vir tirar o chapéu
 Não crer em Deus pai do céu
 E nos ensinios da ciência.

Vamos orar a Deus do céu
 Pedindo mais proteção
 Com amor no coração
 Tendo a máscara de véu
 E só tirar o chapéu
 Quando acabar esse nó
 Aí sim vamos pro forró
 Juntos num único laço
 Pedindo e dando abraço
 Pra nunca se sentir só.



O ÊXODO RURAL: ENTRE A PRECARIEDADE E A REVALORIZAÇÃO DO CAMPO

Alzani da Cruz Pereira
 Erivelton Alves Reinaldo
 Francisco Lenilson Costa Silva

Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI/Teresina

Êxodo rural é um acontecimento social que resulta na saída da população do campo para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida. O êxodo campesino é marcado por migrações em grande volume de pessoas objetivando sair da pobreza. Dos fatores que ocasionam a saída dessas pessoas para as grandes e médias cidades, destaca-se a ausência de serviços e infraestruturas fundamentais, como escolas, hospitais e facilidades de transporte em seus territórios de vida. Sobre as causas que levam à migração dos jovens camponeses, Brumer e Spanevello (2008, p. 13) afirmam que há diversos fatores, interligados entre si, que dificultam ou facilitam a permanência, e estão relacionados à continuidade da agricultura familiar e de suas unidades produtivas, isto é, às condições de sobrevivência, à possibilidade do jovem ter seu trabalho remunerado e autonomia para tomar decisões sobre seu trabalho e seus gastos pessoais; à perspectiva de herdar a propriedade; à percepção sobre o trabalho agrícola e o modo de vida no meio rural; ao acesso ao crédito e a políticas públicas de auxílio aos jovens; à perspectiva matrimonial com moças ou rapazes do meio rural.

Diante disso, é possível salientar que a desvalorização do campo é ocasionada, na maioria das vezes, pela precarização das condições de vida e pelo enfraquecimento da identidade campesina, que



necessita ser estimulada por meio da valorização das atividades, sendo estas agrícolas e culturais. O campo não pode ser visto como um local de atraso, visto que o meio rural tem potencialidade suficiente para uma garantia de vida sustentável, quebrando o paradigma de que a saída do campo para a cidade proporcionaria melhores condições de vida. O que falta são políticas públicas que assegurem a permanência dos

sujeitos no seu lugar de vida. No entanto, é notável que, nos últimos anos, a saída da população do meio urbano para o meio rural vem crescendo consideravelmente.

Para Rodrigues (2001, p. 441), “o que caracteriza o novo rural é o fato de não envolver apenas atividades agropecuárias e agroindustriais. Novas atividades surgem dando ao campo funções que ele não tinha anteriormente”. A autora entende que o campo possui inúmeras possibilidades de fixação dos jovens no meio rural, dando condições para obterem ocupação e renda que impedem o abandono de suas origens.

Porém, o campo não pode ser visto apenas como um local que não possui potencialidades ou possui poucas oportunidades, visto que mudanças vêm ocorrendo no mundo rural, e que a atividade agricultora ainda é vista como fundamental para qualificar “o espaço rural”. Cabe destacar que a produção de bens alimentares abastecem mercados urbanos. O campo também é local de refúgio e segurança, as áreas rurais sempre cumpriram esta finalidade.

O campo é local de vida, que possui uma vasta diversidade de expressões culturais e formas de vida, onde as pessoas vivem livremente com suas tradições e seus costumes, embora esses aspectos não sejam vistos e nem valorizados pelo poder público, que não proporciona políticas públicas para a valorização das vivências desses povos. Um dos fatores que devem ser valorizados no campo é o de educação de qualidade, visando, assim, a valorização das culturas, fortalecendo a identidade do homem do campo. Segundo Aguiar e Melo (2017, p. 2):

Compreendemos que o aspecto econômico tem interferido fundamentalmente em outros aspectos, como culturais, sociais, históricos, promovendo rupturas nos modos de vida dos camponeses, embora alguns sujeitos resistam. Isso é compreensível numa sociedade que se respalda pela lógica do capital, desinteressada de questões culturais e de identidades.

Entendemos que o espaço rural apresenta uma grande diversidade de expressões culturais que permeiam o ambiente rural, embora haja pouca valorização por parte dos governos. Ou seja, há insuficiência de políticas públicas voltadas para os povos camponeses. Dessa forma, a Educação do Campo orienta que as escolas contemplem as especificidades do campo, contextualizando a realidade presente, as vivências e os conhecimentos empíricos dos camponeses. O currículo e os projetos pedagógicos das escolas do campo devem atender as especificidades socioculturais, os saberes e vivências de cada realidade camponesa, proporcionando à juventude o verdadeiro significado de campo, conseqüentemente, proporcionará a diminuição da saída do campo para a cidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. W. S. de; MELO, K. R. A. Perfil de comunidades camponesas atendidas pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI/Campus Teresina. In. MELO, K. R. A.; MELO, R. A.; CATAPRETA, J. C. A. (Orgs.). Saberes e fazeres da Educação do Campo: reflexões sobre formação de professores e prática educativa. Teresina: EDUFPI, 2017.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008.

RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

SEÇÃO 02

RACISMO PATRIARCAL NO CAMPO

Ednelma do Carmo da Cruz
Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo– UFPI/Teresina

No campo, muitos costumes e tradições culturais são mantidos como herança, como verdades absolutas. Neste cenário, existe o racismo patriarcal, que resulta principalmente na subordinação, causando vulnerabilidade de mulheres de todas as faixas etárias, conseqüentemente torna a vida, o trabalho e a convivência social verdadeiros desafios.

A definição do conceito de racismo patriarcal baseia-se na tradução de vivências e experiências recorrentes desde épocas remotas até os dias atuais, resultando na opressão, exclusão e subordinação da mulher negra. Logo, este texto discute a abrangência dessa temática, trazendo a reflexão da importância da luta contra quaisquer tipos de opressão a qual mulheres do campo estão sujeitas,

englobando a desconstrução do racismo patriarcal no âmbito de transformação social.

Na contemporaneidade, muito fala-se em racismo, que é “uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 12). Logo, percebe-se o quão desafiador é tratar de um assunto em que divide os povos através de uma linha tênue entre a cor da pele. Pode ser definido também como “a teoria ou ideia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura” (BEATO, 1998, p. 1). Somados a isso, existe a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras. Em sua abrangência, podemos dizer que o racismo classifica os seres humanos por cor. Embora não se acredite hoje em hierarquias sociais baseadas nas raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação existente (GUIMARÃES, 1999).



O cenário camponês apresenta grande população com vulnerabilidade social, também falta orientação e, neste mesmo cenário, é evidente a falta de formação. Podemos dizer que tais causas se aplicam como explicação para a gravidade do problema de racismo patriarcal no campo que em meio a problemas sociais seculares, ainda persiste.

De modo particular, este estudo refere-se ao racismo patriarcal partindo do pressuposto das observações cotidianas onde foi possível a percepção da opressão sofrida pelas mulheres negras, que passa despercebida e de alguma maneira, naturalizada. Os casos se agravam e ocorrem com mais frequência quando se tratam das camadas empobrecidas. A compreensão de patriarcado sucedeu-se basicamente através das obras de Bordieu (1998) e Saffioti (2015).

O objetivo principal deste estudo é usar o conceito de patriarcado como elemento central para esclarecer o debate e abrir novas perspectivas de entendimento sobre tais opressões, que apesar dos avanços legais, como a sanção da Lei Maria da Penha e inúmeras regras sociais, ainda são passíveis de transgressão.

Em análise, foi visto que os casos são ainda mais recorrentes e preocupantes se procurarmos ver a realidade “nua e crua”. Negras camponesas consideram inalcançável que obtenham sucesso em suas carreiras profissionais e sejam bem sucedidas financeiramente. Até porque, a representação social destas é ainda constituída como a imagem descrita por Munanga (1986, p. 70):

A mulher negra é com frequência apresentada de avental e lenço na cabeça; de outras vezes, aparece empunhando trouxas de roupa suja. Mas a mulher branca é apresentada com vestidos, saias e bolsas; enfim, roupas de passeio e de trabalho.

A ideia de subordinação e inferioridade está impregnada nestas mulheres, sob pena destas viverem uma vida condicionada a estes conceitos arcaicos. A discriminação hoje está presente em todos os cenários, o ser humano com sua ignorância consegue respaldar conceitos antigos que o negro é inferior, incapaz:

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas de exploração, predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. (MUNANGA, 1986, p. 9).

Se confrontarmos a realidade podemos ir além. Se de modo geral os negros são vistos com tamanha inferioridade, as mulheres negras sofrem ainda mais a barbárie da ignorância humana, que apesar da modernidade do século XXI, com tantos movimentos, leis e regras sociais que condenam todo e qualquer tipo de ação que perturbe ou fere a imagem de uma mulher, há perturbações cotidianas que a sociedade respalda, como colocá-la na condição de objeto sexual.

Muitas vezes, a sociedade “fecha os olhos” para esse tipo de opressão social. Em virtude dessa “cegueira” por parte de quem não sofre ou sofreu esse tipo de discriminação, ela vem sendo banalizada, pior ainda, nomeada como “vitimismo”, forma de ganhar visibilidade, pois como citado anteriormente, para uma parte da sociedade onde ainda reina o preconceito e a discriminação racial os negros são invisíveis e inferiores.

Em busca de dados que pudessem embasar essa discussão, foi realizada uma entrevista com cerca de 20 mulheres camponesas do município de Sigefredo Pacheco-Piauí, localizado na região dos carnaubais, a 164 km da capital Teresina. Dentre as pesquisadas estavam adolescentes, mães solteiras, donas de casa, negras e brancas. Considerando necessário abranger todas as faixas etárias para a compreensão da realidade das mesmas, como também buscar entender o posicionamento destas perante a temática.

Foi importante a participação de todas as faixas etárias para que nos resultados fossem expostos os diferentes tipos de cosmovisões que se ocultam. O diálogo foi a principal ferramenta de pesquisa, sempre enfatizando a violência contra a mulher e suas relações com o Racismo Patriarcal. Algumas das questões que foram abordadas no decorrer da pesquisa aplicada foram:

- ▶ O que é racismo patriarcal? Como se define este conceito?
- ▶ Quais as raízes do racismo patriarcal?
- ▶ Quais são os cenários em que ele se torna mais visível atualmente?
- ▶ Quem é prejudicado e quem se beneficia com o racismo patriarcal?
- ▶ Quais as relações entre a violência contra a mulher e o racismo patriarcal?

Entendendo a importância de ir mais além, foi aberto um diálogo de maneira amigável para que fossem relatados fatos, situações constrangedoras, piadinhas, agressões verbais e físicas e até assédios sofridos, na maioria dos casos pelas adolescentes. Nesse sentido, tais ocorrências podem sinalizar um alerta da importância de não ocultar, abrir para o debate essa temática de grande dimensão, levando em conta os danos causados às vítimas.

Todas as entrevistadas, sem exceção, não souberam ou não responderam algumas perguntas, o que nos remete à falta de assistência e formação com mulheres camponesas, pois é quase inacreditável que na modernidade dos tempos atuais ainda exista números que registrem a falta de informação, mulheres sujeitas a esses males sem ao menos saber o conceito coloquial.

No que se refere às raízes do racismo patriarcal e sobre os cenários em que o racismo mais se faz presente também ecoou silêncio. Apenas quando questionadas quem eram os prejudicados e beneficiados foi quebrado o silêncio. As mulheres relataram o que especialmente mulheres pobres sofriam. O mais grave foi a fala de uma das mulheres ao pronunciar a frase: “mulher já não tem valor, se for pobre e negra, pior ainda.” É uma frase forte, impressiona quem ouve.

Através do diálogo, foram ouvidos casos de assédio. Adolescentes relataram com indignação que são vistas de forma vulgar, com indiferença e discriminação; que por muitas vezes preferem se abster de muitas situações e amizades, por medo, por isso são vistas como “meninas tímidas.”

De modo geral, podemos perceber que o estudo mostrou resultados negativos, mas não tão surpreendentes, como já foi dito antes. É possível raciocinarmos pela observação, nos atentando às inúmeras fragilidades às quais a mulher está sujeita, e a situação se agrava quando esta reside no campo, pois muitas são dependentes financeiramente de seus cônjuges e se encarregam exclusivamente das tarefas domésticas, o que se torna mais um fator de impacto negativo a ser enfrentado, pois além da falta de autoestima causada pela discriminação devido a cor da pele, vem a dependência financeira.

O estudo deu ênfase aos diversos tipos de opressão que mulheres, negras, especialmente camponesas, enfrentam em suas trajetórias, isso desde tempos remotos, até os dias atuais. Mostrando que mesmo com o avanço da tecnologia e de todas as leis que amparam mulheres como o todo e condena todo tipo de discriminação, racismo e violência contra a mulher, estes males se apresentam multifacetados e atormentam silenciosamente o público feminino, sendo expostas de várias maneiras e submetidas a um papel subalterno na hierarquia social.

Concluimos que realmente é preciso abrir para o debate essa temática, apesar da grande repressão e resistência que existe em colocá-la em pauta. É importante perceber que o conceito do racismo patriarcal deve ser estudado e explanado não apenas por ser um tema abrangente e complexo ao mesmo tempo, e sim porque as mulheres, brancas, negras, do campo ou da cidade precisam tomar conhecimento daquilo que sofrem e até estão sujeitas. O debate é o início da formação, e através desta é possível vislumbrar resultados mais positivos do que esses expostos aqui neste estudo.

É preciso dialogar sobre esta temática levando-a a todos os meios sociais, e através do conhecimento reeducar-se, policiar-se enquanto sujeitos sociais na perspectiva da desconstrução desse problema tido apenas como fragmento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEATO, J. Um novo milênio sem racismo na Igreja e na sociedade. CENACORA, 1998.

BORDIEU, P. A dominação masculina. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA – ESTADO DE SÃO PAULO. Construindo a igualdade entre os sexos. Cadernos CECF, novembro de 1994.

MUNANGA, K. Negritude: Usos e Sentidos. São Paulo: Editora Ática, 1986.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Gênero e Raça: todos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática. Brasília: MTb-a / Assessoria Internacional, 1998.

SAFFIOTI, H. Gênero patriarcal e violência. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Pedro Luiz Oliveira Britto

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo

O presente texto procura abordar a Educação do Campo, mostrando-a como política estatal e não pública, que atende ao interesse capitalista e que diverge da proposta original dos movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Sem Terra (MST). Nesse trabalho, estão expressos um histórico da instrução campesina, desde a concepção inicial, a luta pela sua efetivação e a institucionalização como política estatal atendendo aos interesses capitalistas, distinguindo-se dos ideais enraizados nos prélios dos movimentos em busca de uma educação voltada à emancipação humana.

Em primeira análise, faz-se necessário compreender o que é Educação do Campo. Trata-se de uma modalidade educacional voltada aos povos campestinos e que intui a formação integral humana em seus aspectos científicos e cotidianos, formando um olhar crítico do indivíduo frente à sociedade. Nesse sentido, é preciso refletir sobre os motivos que levaram ao estopim desse ramo da educação voltado ao campesinato.

Segundo Dalmaz (2016), a primeira política de instrução camponesa foi a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), no intervalo de 1952 a 1963, iniciada por ação do Estado e que objetivava a moldagem do homem do campo aos padrões econômicos. A autora explica que na década de cinquenta o processo de industrialização crescia de forma exponencial, o que generalizou o capital estrangeiro e induziu a criação e financiamento por entidades internacionais de políticas que atendessem ao novo padrão econômico.

A partir disso, em um período de pós-guerra, organizações como a UNESCO enfatizavam a educação como meio de atenuar a pobreza e elevar o bem-estar social, e incentivavam a criação de políticas de redução do analfabetismo, principalmente entre adultos. De acordo com Barreiro (2010, p. 25 apud DALMAZ, 2016, p. 23) “as ações dos organismos internacionais pela via da educação demonstravam seu caráter ideológico. [...] Buscavam garantir a ordem social para manter os países mais pobres sob tutela política, econômica e ideológica, assim como engajar o meio rural no processo de modernização”.

Ou seja, verifica-se que o interesse das organizações internacionais em criar e/ou incentivar políticas de educação não intuía apenas a amenização de problemas sociais como a pobreza e o analfabetismo, mas, de forma oculta, visavam perpetuar o capitalismo e evitar o avanço de correntes políticas divergentes nos países que ainda estavam a se industrializar, assim, por meio de um sistema educacional ideológico e parcial, tornava-se mais plausível doutrinar os indivíduos, formando-os como instrumentos de uso do capitalismo por meio do trabalho, mas com o pressuposto visível de reparar os danos provocados por esse sistema econômico. Esse fato é confirmado por Dalmaz (2016, p. 24), pois segundo a autora:

As campanhas de combate ao analfabetismo eram consideradas pelos organismos internacionais como sinônimo de desenvolvimento, de superação do atraso e de afastamento de ideários comunistas. Além disso, configurava-se como uma importante estratégia para inserir as economias periféricas na lógica de produção e consumo dos países centrais.



Logo, é notório que as políticas de educação nunca foram voltadas para o viés apenas de redução dos problemas sociais, mas para generalizar os meios de produção e os sistemas econômicos dominantes, capacitando os sujeitos para participarem do mercado de trabalho e da lógica consumista.

Por esse ângulo, o capital internacionalizava-se e transnacionalizava-se por meio de organizações de cunho mundial, e os estados a acatavam. Conforme Souza (1999 apud DALMAZ, 2016), com o capitalismo disseminado, o Estado assumia um papel de gestor, resolvendo questões internas e instaurando o modelo econômico, assim agradava a classe dominante economicamente com mão de obra barata e “capacitada”.

Não obstante, no Brasil não houve por si só o capitalismo, mas também uma luta formada pela sociedade civil, chamada por Gramsci como Estado ampliado. Explicado por Dalmaaz (2016) e Mendonça (2011), trata-se de uma forma de estado onde além da imposição do capital, por meio do sistema político, ocorre também as pressões exercidas pela classe oprimida através de ações democráticas.

É nesse modelo de estado que surge a Educação do Campo como reivindicação das classes oprimidas e excluídas, precisamente os movimentos sociais, no entanto, não como amenizadora da pobreza e do analfabetismo e sim como formadora da integralidade humana desde seus aspectos científicos às visões de criticidade em relação à sociedade, e é a partir disso que os projetos de educação capitalista e educação dos movimentos entram em disputa.

Permitindo-nos situar-se na década de 1990, o campo tupiniquim foi marcado por inúmeros conflitos que visavam a reforma agrária, reivindicada por vários movimentos sociais, sendo o MST o mais forte social e politicamente (D'AGOSTINI, 2012). Como forma de protesto, os integrantes do movimento ocupavam terras pertencentes a latifundiários em que os mesmos consideravam ociosas, a fim de produzir alimento para a própria sobrevivência. No entanto, as reivindicações, inicialmente, não foram aceitas, eram reprimidas pela classe dominante apoiada pelo Estado e pelo seu poder de repulsão, onde por meio de forças armadas os manifestantes eram expulsos das terras ocupadas. Eram lutas desiguais, muitos integrantes do movimento eram mortos durante o confronto ou após ele, o que gerou massacres que revoltaram o país. Dois grandes exemplos são o Massacre de Corumbiara, ocorrido em 1995 no estado de Rondônia e o Massacre de El Dourado dos Carajás, ocorrido no Pará em 1996. Com eles, o MST ganhava força e visibilidade, seus integrantes almejavam a terra apenas para o fim de subsistência, pois consideravam injusta a enorme concentração de terras em desuso nas mãos de poucas pessoas.

Nessa conjuntura, o número de ocupações e acampamentos cresciam, e concomitante e consequentemente o número de terras dominadas pelo Movimento. Com isso, as medidas tomadas pela classe economicamente dominante e pelo estado tomavam repercussão negativa no país e no exterior, e começava a afetar os meios de produção dominante, sobretudo o agronegócio, definido por D'Agostini (2012, p. 455) como “o conjunto de negócios nacionais e internacionais relacionados à agricultura em grande escala para a exportação baseada na monocultura”, é, portanto, a instauração do capitalismo no território camponês.

Com isso, o estado da classe dominante via a necessidade extrema de desarticular os movimentos, enfraquecê-los e, assim, dar continuidade às atividades capitalistas. Mas, para isso, o Estado teria que repassar uma figura de apaziguador e defensor dos interesses de todas as classes, assim com uso de seu poder político iria desintegrar o movimento.

Os ocupantes e acampados possuíam reivindicações que justificavam as manifestações, dentre elas a reforma agrária, e é nesse contexto que surge a reclamação pela educação do/no campo, do grande número de crianças e adultos analfabetos vivendo nos acampamentos que cresciam e não eram atendidos pelos serviços estatais. Na época dos massacres citados anteriormente, o Brasil era governado por Fernando Henrique Cardoso, que iniciou políticas voltadas ao campo e à agricultura familiar. Contudo, adotou uma estratégia: cumprir as políticas de forma parcial a fim de enfraquecer os movimentos, além de efetuar-las conforme recomendações de organizações internacionais, fato confirmado por Neto (2004, apud DALMAZ, 2016), pois segundo ele, ações como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) eram realizadas apenas como meio de diminuir conflitos e garantir a propriedade privada e os bens capitais.

As políticas instauradas para o campo no governo FHC eram cumpridas de forma pífia, reduzida em relação à meta, assim aqueles que eram atendidos se desmembravam dos movimentos e esqueciam do histórico de luta travada. Segundo Souza (2015, p. 301), a classe trabalhadora está “lutando isoladamente por seus 'direitos' devido a nova pedagogia da hegemonia do capital que conseguiu quebrar a sua solidariedade”, dessa forma quebram sua força na resistência em busca de seus ideários.

A ideia inicial dos movimentos é ser antagônico ao capitalismo, mas se torna refém dele pelo fato de estar enclausurado nas partes poderosas da sociedade. Em relação à Educação do Campo, o MST almejava uma instrução, segundo Dalmaaz (2016) e D'Agostini (2012), omnilateral, que formasse um ser humano levando em consideração toda sua integralidade e que confrontasse a lógica do sistema capitalista. No entanto, a forma como o movimento intuiu jamais seria alcançada dessa maneira, pois os meios que efetivam as políticas são favoráveis às classes dominantes, assim a único jeito é se conciliar a eles.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo, decorrente de programas, presente hoje nas instituições, é divergente da proposta original, pois ela se efetivou em conjunto com o estado e organizações internacionais, como o Banco Mundial, servindo como forma de perpetuação do capitalismo. A Educação do Campo não apresentava essa faceta, mas a compartilhou pelo fato de se subordinar ao estado nas políticas “públicas” (D'AGOSTINI, 2012).

Assim, a Educação do Campo não se apresenta como uma política pública, pois público é aquilo que remete ao interesse de todos em busca de um bem comum, e sim como uma política estatal, que busca os propósitos de uma única classe que usa o estado como ferramenta de perpetuação dos seus interesses. Por conseguinte, é notório que a Educação do Campo difere de seus ideários iniciais presentes nos movimentos.

REFERÊNCIAS

D'AGOSTINI, Adriana. A educação do campo na educação brasileira: contradições e perspectivas. *Educação, Santa Maria*, v. 37, n. 3, p. 453-468, set/dez, 2012.

DALMAZ, D. S. S. Educação do Campo e o Banco Mundial: uma política em disputa? *Luminária, União da Vitória*, v. 18, n. 1, p. 22-30, 2016.

SOUZA, I.. Alguns apontamentos sobre política (“pública”) educacional. *Germinal: Marxismo e educação em debate, Salvador*, v. 7, n. 2, p. 290-303, dez. 2015.

Dominado por grandes grupos econômicos e transnacionais, o agronegócio determina os preços dos insumos e produtos e impõe decisões sobre o quê, quando, onde produzir e comercializar. Faz isso de acordo com as estratégias do mercado internacional, ignorando os interesses do país, a segurança alimentar e os direitos dos trabalhadores rurais. Acreditamos ser fundamental repensar o atual modelo de reforma agrária, atualizando sua base legal e as formas de intervenção pública para que o Estado possa, efetivamente, garantir o cumprimento da função socioambiental da terra, centrada na democratização do direito à terra, aos recursos naturais e ao território e na soberania e segurança alimentar dos povos.



Em relação à agricultura familiar, defendemos o reconhecimento de seu papel estratégico para a garantia da soberania e segurança alimentar e para a consolidação do desenvolvimento rural sustentável e solidário. Nesse sentido, acreditamos que o Estado deva fortalecer e aprimorar políticas públicas que assegurem a organização social e econômica e a multifuncionalidade das unidades produtivas, garantindo a estrutura da produção, beneficiamento e acesso aos mercados e ao comércio justo e solidário, combinando políticas de proteção à renda com políticas de fomento à tecnologia adequada e sustentável.

É fundamental o convencimento dos governos municipais, estaduais e o federal, sobre a importância da implementação de políticas que reconheçam o protagonismo dos/as jovens do campo a fim de promover uma sucessão no meio rural e garantir que o jovem e as novas ideias permaneçam no campo.

A Educação do Campo, hoje, é fundamental para a transformação da realidade rural, à medida que vincula o debate sobre a relação da educação formal e não formal com a construção de um projeto de desenvolvimento do campo, no qual as pessoas estejam no centro do debate, sendo a sua realidade o ponto de partida para pensar e construir novas relações sociais e um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil.

Segundo Gorgen (2016), na agricultura camponesa, o trabalho é familiar, não assalariado, tem uma produção diversificada, combinando a produção animal com vegetal e faz agricultura e criação de animais o ano todo. Tem laços de família com fortes componentes do modo de existir e da cultura camponesa. É bom enfatizar que 70% dos produtos consumidos pela população brasileira são provenientes da agricultura familiar.

Nesse contexto, o autor supracitado relata a diversidade de cultura e identidade dos povos do campo, que trabalham coletivamente e lutam por direitos à sobrevivência, e extrai da terra seu sustento, principalmente, porém, respeitando o modo de proteção para não causar impacto ambiental.

A partir da década de 1990, a agricultura familiar entrou na pauta política, quando o governo brasileiro instituiu legislação para a implementação de política pública voltada para o segmento da agricultura familiar, contribuindo para a valorização do modelo de agricultura. Nesse ínterim, as organizações sindicais no campo passaram a assumir como identidade política e como projeto de agricultura a ser construído no país, mas não é o que está sendo feito, pois o governo libera recursos insuficientes, e nega essa forma de trabalho, dificultando o desenvolvimento na agricultura, e o progresso rural brasileiro.

Ainda em relação aos 51 produtos liberados para utilização em janeiro de 2020, 18 são extremamente ou altamente tóxicos e 48 são proibidos de serem utilizados nos Estados Unidos. E levando em consideração os 290 produtos liberados no ano de 2019, 41% (118) são considerados extremamente ou altamente tóxicos.

Segundo Reis (2018), “o Brasil é um dos primeiros colocados no ranking mundial do consumo de agrotóxicos”. E o resultado disso é a contaminação do meio ambiente (água e solo), desmatamento, a redução da biodiversidade, a morte de insetos polinizadores, a piora do efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, entre outros problemas, que afetam e prejudicam não apenas uma nação, mas todo o mundo.

A partir da análise desses dados, percebe-se que o Estado está deixando muito a desejar e não está tratando de forma séria e responsável a conservação e preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

GÖRGEN, F. S. A.. Agricultura Camponesa. In: STEDILE. J. P. (Org.). A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 101-104.

REIS, L. Combate e controle da poluição por agrotóxico. 2018.

Disponível em <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/2018/01/combate-e-controle-da-poluicao-por-agrotoxico>. Acesso em 30 jul. 2019.

SEÇÃO 02

CAEDCAMPO: A IMPORTÂNCIA DO CENTRO ACADÊMICO PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Pedro Luiz Oliveira Britto

Acadêmico do curso de Licenciatura em Educação do Campo e Secretário de Comunicação do CAEDCAMPO

Nayra Thalyane Alves de Sousa

Acadêmica do curso de Licenciatura em Educação do Campo e Vice-Secretária de Comunicação do CAEDCAMPO



Os locais de educação institucionalizada, isto é, aqueles em que a instrução formal ocorre (escola, universidade ou faculdades) são locais de imenso convívio social, e depois de nossas residências é o segundo espaço com relações entre indivíduos. Por esse motivo, são lugares ricos em histórias, saberes e culturas essenciais para o conhecimento, respeito

e, sobretudo, para a aplicação da democracia, uma vez que ela é essencial para formar sujeitos capazes de entender e estimar as ricas e variadas vertentes sociais. Em uma universidade, para que as complexas práxis institucionais sejam efetivadas, diversos órgãos colegiados comunicam entre si em um esquema hierárquico, dentre eles, coordenações de cursos, diretorias de centros de ciências e pró-reitorias, contudo nenhum deles defende o interesse discente e possui apreço pelas demandas sociais e

democráticas quanto os Centros Acadêmicos (CA), entidade estudantil presente em todos os cursos superiores na qual um grupo de estudantes, eleito democraticamente, representa os demais no tocante a anseios, reivindicações, encontros e conquista de direitos. Costa et al (2017, p. 6) concorda com a definição de CA explanada pela FENEAD, que afirma a organização como “a representação máxima do discente. É organizado e mantido pelos alunos de cada faculdade e funciona como um elo entre estudantes, a coordenação e direção da instituição”.

No Curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFPI/Teresina), há o CAEDCAMPO (Centro Acadêmico da Licenciatura em Educação do Campo), escolhido anualmente pelos alunos da graduação por meio de votação. Os integrantes possuem dois semestres de mandato e podem optar por concorrer novamente ou não. São eleitos representantes para 15 funções dentro do órgão, sendo eles Presidente, Vice-presidente, 1º suplente de vice-presidente, Secretário e vice-secretário geral, de finanças, de comunicação, de formação política e sociocultural, meio ambiente e gênero e etnia que são regidas por um estatuto.

No tocante a esse documento que dispõe acerca das características da organização, o CAEDCAMPO tem como principal missão lutar em defesa da identidade, do fortalecimento, do reconhecimento, e autonomia da LEDOC, bem como a existência de um curso livre de preconceito e discriminação fora e dentro da UFPI. Nesse sentido, os centros acadêmicos, além de já estarem em linha de frente para solucionar problemas relacionados aos cursos, o CAEDCAMPO carrega consigo a responsabilidade precípua de mitigar as divergências históricas existentes entre o campesinato e a burguesia que detém, ainda, maiores oportunidades de estudo e trabalho.

Nesse plano, como o Centro Acadêmico trabalha para reduzir o abismo social e se tornar algo tão necessário para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo? Articulando, promovendo e oportunizando condições para os discentes da LEDOC, antes tidas somente por aqueles com poder aquisitivo, tais como: estadia, alimentação e transporte viabilizados por meio de reivindicações, paralisações, reuniões e muita luta na UFPI/Teresina, resultando no respeito e admiração mútuos dos demais órgãos da universidade com os integrantes da Educação do Campo. Isso, conforme Lima e Laurentino (2015, p. 20085), “propicia aos alunos um excelente espaço de formação que pode auxiliá-los a ter uma visão crítica da sociedade, que possibilita analisar os problemas existentes na universidade e contribuir para o processo de cidadania dos demais alunos, professores e funcionários envolvendo a todos como sujeitos históricos”.

Portanto, os centros acadêmicos têm grande valor, e por isto são eleitos democraticamente, tendo em vista o direito de cada um, escolher quem melhor lhe representa e quem estará disposto a reivindicar melhorias a todos.

REFERÊNCIAS

COSTA, M. F. O. et al. O papel do centro acadêmico na formação cidadã do universitário: um estudo de caso dos usuários do CARBIG/UFC. Folha de rosto, v. 3, n. 1, p. 5-15, jan./jun. 2017.

ESTATUTO do Centro Acadêmico da Licenciatura em Educação do Campo. Teresina, 2016.

LIMA, V. M. M.; LAURENTINO, M. A. A. Centro acadêmico: visão dos alunos do curso de pedagogia. In: Educere, 12, 2015, PUC-PR, Anais, 2015.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96) foi publicada no dia 20 de dezembro de 1996, a partir de uma necessidade elencada pela Constituição Federal de 1988, que trouxe uma nova dinâmica para educação nacional, que é uma constituição para cidadania, pensada para o indivíduo.



A LDB, atualmente é a maior

lei que trata sobre a educação no Brasil, funcionando como norma jurídica reguladora. O Art. 1º da Lei define que a educação se organiza em processos formativos, que se desenvolvem na vida familiar e na convivência humana, ou seja, em qualquer espaço. Escolas, igrejas, são exemplos de organização social. Essa união da prática social e da educação nos faz construir os conhecimentos, mas a Lei pontualmente não trata em sentido amplo, ela trata na ideia de educação escolar, que vamos levar para a vida toda. O 2º Artigo trata sobre as finalidades da educação, enfatizando o pleno desenvolvimento do indivíduo, a sua preparação para a cidadania e a qualificação para o trabalho.

No tocante à Educação do Campo, enfatiza vários aspectos, entre eles, o direito à educação, condições para o fechamento de escola, segundo a qual é necessária manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que analisará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação.

Sobre a organização escolar e curricular das escolas do campo, os Artigos 23 e 28 contemplam determinações a respeito. Enquanto o Art. 23 afirma indicativos para a flexibilização nas formas de organização das escolas em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, entre outras, o Art. 28 faz referência direta à educação no meio rural, indicando que para oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região.

Além da LDB, destaca-se o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que contempla definição de medidas para o desenvolvimento de políticas públicas de Educação do Campo, definindo esta modalidade de educação como política permanente do Ministério da Educação (MEC), devendo ser desenvolvida em parceria com os estados e municípios e movimentos sociais. Esse Decreto, além de destacar medidas para a implementação da educação básica e superior às populações do campo, determinar a formação de professores para a educação do campo, também enfatiza o direito à educação de qualidade para camponeses e camponesas.

Apesar de toda a legislação vigente, o que se percebe é que a infraestrutura das escolas do campo ainda é muito precária, se comparada com a disponível nas escolas urbanas. As dificuldades são enormes, entre elas: as classes multisseriadas, a falta de transporte escolar e merenda, o que prejudica a qualidade do ensino e a aprendizagem dos estudantes. Outra questão desafiadora é a ausência de projetos de formação inicial e continuada específicas para professores que trabalham em escolas do campo.

Sabe-se que a qualidade da educação na escola do campo passa primeiramente pela formação dos professores. No entanto, ainda existem muitos professores sem nenhuma graduação. Foi por essa razão que, em 2010, o governo federal criou o PROCAMPO, com o objetivo de garantir a formação inicial específica para professores que atuam em escolas do campo.

Em se tratando da Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, o atendimento em escolas do campo vem sendo realizado, predominantemente por meio de turmas multisseriadas, onde estudam crianças da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, algo ilegal, segundo a Resolução nº 02/2008 do Conselho Nacional de Educação. Ademais, é notório que quando o professor de escola do campo não tem formação adequada, identidade camponesa e condições de trabalho, não consegue se integrar à realidade dos alunos, inviabilizando o desenvolvimento de uma proposta pedagógica nos moldes da Educação do Campo.

Uma outra forma comum de atendimento das crianças residentes no campo é o deslocamento das mesmas para uma escola da cidade. Consideramos que uma criança sair da zona rural para estudar na cidade é uma violação de seus direitos, uma vez que essa mesma Resolução afirma que na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental as crianças deverão estudar em escolas próximas a sua residência, evitando deslocamentos. As escolas urbanas que recebem as crianças do campo precisam se atentar para as questões de diversidades e igualdade, para que elas não sofrem chacota, ou constrangimento de outros colegas que moram na cidade. Nesse aspecto, ressaltamos o papel do professor em intervir sobre esses tipos de comportamentos.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, aprovada em 2009, é necessário o atendimento das crianças em escolas situadas próximo a sua localidade e que elas estejam vinculadas organicamente à vida do campo. É sempre importante ressaltar para as crianças a realidade da comunidade, a partir de trabalhos que a escola desenvolve na localidade, mostrando o contato com a natureza, como por exemplos, trilhas ecológicas, plantação e irrigação de hortas, mostrando o dia a dia no trabalho dos pais, transformando isso em conhecimento cultural.

A presença de uma escola é muito importante na comunidade e quando não existe, são diminuídas as condições de vida da população camponesa. É por isso que a presença da Escola Infantil, assim como do Ensino Fundamental e Médio, são de fundamental importância para as pessoas do campo, pois contribuem para o desenvolvimento cultural e social da comunidade, modificam a dinâmica da comunidade, uma vez que a escola é um elemento a mais de conhecimento e importância para gerações futuras.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/principal.htm.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e o Pronera. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007_2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em URL: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009.

_____. Resolução CNE/CEB n. 2, de 03 de abril de 2008. Diretrizes Complementares para Educação Básica das Escolas de Campo. Ministério da Educação (MEC); Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Departamento de Educação para a Diversidade de Cidadania. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2008.



PRESERVAÇÃO DAS FIGURAS RUPESTRES NA
COMUNIDADE CALDEIRÃO EM ASSUNÇÃO DO PIAUÍ

João Victor Antunes dos Santos
Acadêmico do curso de Educação do Campo

O presente texto apresenta resultados parciais do projeto de intervenção “Preservação das figuras rupestres na comunidade Caldeirão no município de Assunção do Piauí”. A sua proposição e desenvolvimento partiu da constatação observacional de que a preservação das pinturas rupestres é uma questão de grande importância, já que elas ajudam os pesquisadores, principalmente os arqueólogos na obtenção de registros e vestígios sobre o cotidiano dos povos pré-históricos. Ademais, também é relevante pelo fato da população local desconhecer sobre esta importância e as formas de preservação.

O projeto teve início com a realização de um diagnóstico desenvolvido no bloco I do Tempo Comunidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), Campus de Teresina, através do qual foi possível conhecer diversos aspectos da comunidade, bem como os problemas passíveis de intervenção, seguido da



realização de uma pesquisa-ação no bloco II do referido curso. A proposta desse projeto é visualizar, catalogar as pinturas da comunidade Caldeirão para, em seguida, fazer um trabalho de sensibilização com os moradores sobre a importância da preservação das mesmas.

A continuidade das ações se deu no bloco III do curso e teve início por meio de uma visita ao Museu de Arqueologia da UFPI, onde através das explicações da professora Dra. Ana Luísa Lages, foi possível compreender pontos importantes do assunto, tais como o que caracteriza um sítio arqueológico, o que são fontes e registros históricos, entre outros. O trabalho de campo na comunidade Caldeirão ocorreu no dia 13/04/ 2020 e contou com a presença de duas professoras da LEdoC: Dra. Raimunda Alves Melo e Dra. Keylla Rejane Almeida Melo e outra do Curso de Arqueologia, Dra. Ana Luísa Lages, bem como dos estudantes protagonistas deste projeto.



Em alguns trechos do percurso do sítio arqueológico, deparamo-nos com espécies conhecidas de plantas e animais, como cabras, carcarás e beija-flores. Também foram feitas fotografias e coletas do solo, com a finalidade de saber sobre a quantidade de fósforo existente no espaço e entender sobre seu antigo povoamento.

Na comunidade Caldeirão, encontramos pinturas rupestres com pigmentação avermelhada. Essa caracterização tem alguma semelhança com os vestígios encontrados pelos arqueólogos Cavalcante e Rodrigues (2016), em Piripiri.

[...] A evidenciação de vestígios de cultura material nos sedimentos superficiais desde abrigo pré-colombiano, bem como a diversidade de tais vestígios (líticos lascados ou polidos, cacos cerâmicos, ocre, moedor com resíduos de pigmentos avermelhados e amarelados) reforçam o valor cultural e o potencial arqueológico do sítio Pedra do Cantagalo I.

As pinturas rupestres encontradas em Caldeirão e a relação das mesmas com vestígios achados em outros sítios arqueológicos do Piauí necessitam da realização de estudos mais aprofundados. Nas imagens, os estudantes verificaram detalhes como a coloração e as dimensões das figuras rupestres.

Existem, além dos desgastes causados pelo ser humano, os fatores de ordem natural, que contribuem para o comprometimento parcial ou total de registros rupestres sejam estas pinturas e ou gravuras.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, L. C. D; SILVA, H. K. S. B. da; RODRIGUES, A. A. Pedra do Cantagalo: O desafio de preservar um patrimônio arqueológico. Piauí. 2016. p. 20.

RUFINO, E. H. Danos ao Patrimônio Arqueológico rupestre pernambucano: perdas locais de bens nacionais. IPHAN. Rio de Janeiro. 2014, p. 91-107.

SEÇÃO 03

PROJETO SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Márcia Maria Vasconcelos de Oliveira
Maria Laura Lopes Silva

Acadêmicas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo

Prof. Dra. Iael de Souza⁴

A discussão e reflexão sobre a sexualidade e o sexo na adolescência ainda encontra resistências e tabus por parte das famílias, da comunidade escolar e da sociedade em geral. No entanto, a adolescência está cada vez mais prematura devido aos variados tipos de estímulos da sociedade capitalista de consumo, vide propagandas, novelas, sites de internet, jogos eletrônicos, etc. As relações e experiências sexuais iniciam mais cedo, entre os 10 ou 11 anos. Por conta desses fatores, a necessidade de esclarecimentos sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), sexo seguro, sexualidade, relações de gênero e outras dúvidas dos pré-adolescentes e adolescentes necessitam ser sanadas a fim de que possam ter uma vida sexual e uma sexualidade mais seguras.

Tendo isso em vista, desenvolveu-se o projeto “Sexo e Sexualidade na Adolescência” junto à Comunidade de Piri-piri, na instituição escolar Judith Alves, visando contribuir para um desenvolvimento físico, emocional e psicossocial mais adequado e saudável. Procurou-se suprir, na medida do possível, a carência não apenas de informações confiáveis e seguras, mas também – e principalmente – de conhecimento científico sobre aspectos da saúde, do sexo e da sexualidade. Nesse sentido, atividades escolares que articulem o conhecimento produzido cientificamente com intervenções práticas, que auxiliem a distinguir o que é falácia, senso comum e mito das verdades, são bem vindas e necessárias para que se possa construir relações mais conscientes e consequentes consoante o tratamento dispensado à juventude.

⁴ Doutora em Educação pela UNICAMP/SP. Mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Marília. Professora efetiva do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (LEDOC-TERESINA).

O projeto teve dois momentos: a) a realização de palestras na escola com profissionais da saúde, com formação científica na área (agentes de saúde e técnicos em enfermagem), utilizando diferentes recursos didáticos para exemplificações dos assuntos abordados; b) a construção de intervenções fora dos “muros da escola”, mais precisamente na praça central de Piripiri, a fim de chamar a atenção da sociedade para problemáticas de grande relevância para a juventude. Em ambos os momentos, foram distribuídos panfletos informativos (de nossa autoria e criatividade) sobre os



vários assuntos relacionados à sexualidade e ao sexo, como: DSTs; a diferenciação de sexo e sexualidade; prevenção de gravidez precoce ou indesejada na adolescência; gênero; etc. No segundo momento, foi montado um estande e uma barraca na praça de eventos da cidade de Piripiri, trazendo o seguinte título: “Sexo e Sexualidade na Adolescência – tudo será mais fácil quando esse assunto for tratado como importante, com atenção e sem preconceito pela sociedade”.

Essa atividade, propiciada pelo Tempo Comunidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade do Piauí, Campus Teresina, do qual fazemos parte como discentes, demonstra o papel imprescindível desenvolvido pelas universidades públicas junto às comunidades, realizando o diagnóstico dos variados problemas enfrentados por cada uma delas e oportunizando aos discentes colocarem em prática o conhecimento construído (em permanente construção), servindo à comunidade e desenvolvendo ações que contribuam para elevar a qualidade de vida e a consciência do nosso povo, como constatado através do trabalho realizado. Essa é uma das razões do porquê cursos como “Educação do Campo” devem resistir e lutar pela continuidade de sua existência em tempos de privatização neoliberal e anulação das conquistas democráticas.

SEÇÃO 03

TENDA DA LEITURA NA UNIDADE EDUCACIONAL SANTO ANTONIO DO CAMPO VERDE, SIGEFREDO PACHECO (PI)

Dina Kesia Pereira de Sousa
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

A leitura é um dos aspectos mais importantes do processo de ensino e aprendizagem, pois possibilita a aproximação do imaginário e/ou ficção com o real, facilita o processo de escrita, estimulando o mesmo, desperta a curiosidade e o senso crítico em questionar e investigar os fatos e estimula a criatividade para inúmeros acontecimentos.

Diante disso e de tudo o que se sabe sobre o processo de leitura, durante o período em que atuamos como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que consiste em uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) visando valorizar a docência na formação inicial, com o objetivo de preparar o estudante para atuar na educação básica.

O objetivo do PIBID é melhorar a formação inicial de professores e a qualidade da educação básica nas escolas contempladas, com ênfase no desenvolvimento de práticas educativas que incentivem o trabalho coletivo, o cooperativismo, o desenvolvimento da autonomia, a socialização de experiências e a produção de saberes, tendo os acadêmicos como protagonistas e os professores como criadores e mediadores de situações significativas que favoreçam o processo de aprendizagem.

Para que esses objetivos sejam alcançados, é implementado um conjunto de ações distintas e complementares, que se estruturam em três eixos: 1) Eixo das Ações Complementares, em que são desenvolvidas oficinas, projetos, pesquisa, exibição de filmes, feiras, entre outros, sobre temas variados, que contribuem para ampliar o conhecimento de mundo dos alunos ancorando conteúdos ministrados em sala de aula; 2) Eixo das Ações Práticas Pedagógicas, contemplando atividades de organização e planejamento, pelos alunos bolsistas, no início de cada período letivo, de produção de materiais pedagógicos necessários a execução de atividades práticas; 3) Eixo das ações de monitoria, caracterizadas pelo atendimento individual e de pequenos grupos de alunos das escolas conveniadas, pelos alunos bolsistas, para dirimir dúvidas e apoiá-los na aprendizagem durante todo o ano letivo (BRASIL, 2018).

Como parte do primeiro eixo do programa, desenvolvemos o projeto Tenda da Leitura na Unidade Escolar Santo Antônio do Campo Verde, situada no município de Sigefredo Pacheco/PI, com o objetivo de incentivar a leitura dos estudantes e assim melhorar o processo de ensino aprendizagem da escola. O projeto se deu a partir da percepção de que parte dos alunos não gostavam de ler, tinham dificuldade para ler ou não sabiam ler e compreender o texto. Até aquela ocasião, a escola não desenvolvia meios para reverter esta situação.

Para que o projeto fosse desenvolvido, inicialmente houve um processo de planejamento detalhando o desenvolvimento de ações, em seguida houve a sensibilização do diretor, dos professores e dos alunos para que os mesmos mostrassem interesse e aceitação pelo projeto. Também houve a aquisição dos recursos e materiais necessários e que foram disponibilizados pela escola e pela Secretaria Municipal de



Educação de Sigefredo Pacheco. Durante o planejamento, definimos com a equipe, a escolha do local da tenda que, no caso, foi uma sala de aula da própria escola. Os livros utilizados, em sua maioria, de literatura infantil, foram adquiridos através de um remanejamento no âmbito da própria escola. O projeto foi executado em novembro do ano de 2018 e durante o seu desenvolvimento os estudantes fizeram a produção de vários gêneros textuais como: redação, cordel e poesia, que foram produzidos e apresentados aos pais e a toda a comunidade na culminância do projeto.

Na execução e apresentação do projeto “Tenda da Leitura” enfatizou-se a importância da leitura e da escola e do desenvolvimento de projetos que incentivem essas habilidades. Seria muito mais relevante se esses projetos fossem implantados no início do ano letivo e que tivessem continuidade durante todo o ano, pois o incentivo à leitura é um processo contínuo que requer muito esforço de todas as partes envolvidas.

O projeto ocorreu com sucesso, pois os alunos ficaram perplexos ao adentrarem aquele ambiente preparado de acordo com a faixa etária, com o que lhes chamava a atenção e pela infinidade de opções de livros a serem lidos, mas ainda assim, é lamentável que a escola não tenha estrutura para que um projeto como esse permaneça anualmente na escola para atrair o interesse dos alunos e melhorar a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a docência – PIBID. Edital N 7/2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-edital-7-2018-PIBID.pdf>. Acesso em: 21/05/2020



RESISTÊNCIA E
COLETIVIDADE

Por: Francisco José de Macedo
*Acadêmico do Curso de Licenciatura
em Educação do Campo*

Ao falar de resistência
Se fala em perseverança
Da força que vem do além
No sonho de uma criança
Em ter um futuro brilhante
Ela luta a cada instante
Sem perder a esperança.

Esse é o aluno do campo
Que traz na sua bagagem
Reflexo de um mundo novo
Marcado por uma imagem
Uma identidade racista
Fazendo com que o persista
Com esforço e coragem.

A vida de um acadêmico
É um processo desafiador
O aluno tem que encarar
Lutando contra o opressor
Em uma luta constante
Sem parar nem um instante
Com firmeza e vigor.
Para muitos é bobagem
Achar que o campo existe
Que esse espaço é de rico
E que o camponês não insiste
Nas lacunas desta vida
Cheia de curva e descida
É aqui que a luta resiste.

Temos em frente a missão
Algo muito cognitivo
Como forma de padrão
Em busca de um objetivo
Encarar a dura realidade
Lutar em coletividade
Por um ensino inclusivo.

Que fique subentendido
Nossa luta é permanente
Pelo bem do coletivo

Uma corrente de gente
Um brilho amplo e concreto
Ligados em um projeto
Vencer com o consciente.

Não estamos aqui pra badernar
Essa não é a nossa arte
Temos consciência e limite
E cumprimos nossa parte
Mesmo sendo desprezado
Refém do ódio do estado

Sabendo dos desafios
Da grande revolução
O impacto que tudo causa
Por uma capacitação
O jovem aposta o que tem
Buscando entender também
O porquê da exclusão.

Que é muito temerosa
Rouba o que é nosso direito
Só vê o lado oposto
Fugindo da lei o conceito
Os direitos não são iguais
O aluno do campo jamais
É visto como sujeito.

Está contido na lei
Na nossa Constituição
Como forma de artigo
O direito à educação
Direito constitucional
O ensino é um direito igual
Rege a legislação.
Que de nós só faz descarte.

Aqui a onda é vencer
Mesmo com dificuldade
Encarar os preconceitos
Lutar por dignidade
Não temos medo da luta
Temos coragem e conduta
Paz e complexidade.

A Educação do Campo
É um grupo animado
Um conjunto de pessoas

Que caminha lado a lado
Visando o bem comum
Ao bem-estar de cada um
É esse o nosso legado.

DEMOCRACIA

João Pedro de Sousa Barreto
*Acadêmico do Curso de Licenciatura
em Educação do Campo*

Democracia?

Hahaha.

A democracia é uma piada de
mal gosto,
Situada logo ali,
Entre a ditadura e a oligarquia,
E podre,
Tal como quem a criou,
Tal como quem a defende,
E dela se alimenta,
E...

São uns poucos merdas que
detém o dinheiro,
Teu dinheiro,
O meio,
Teus meios,
A propriedade que era tua,
E o estado que nunca será.

Sim, sim,

Eis o teu estado de classe,
Hahaha.

Mas o contrato já está feito,
Uma revolução geral é algo
impensável.

Portanto,

Agarre-se à política “pública”,
E não tenha pretensões.

Não pretenda a terra,

Porra,

Pense nos tantos Carajás,
Não pretenda toda a porra
comercial,

E saiba que o teu salário é uma
escravidão velada.

RESENHA

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A pesquisa na construção do conhecimento científico. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.), et al. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p.80.

Laiane dos Santos Silva
Luís Soares de Sousa

Acadêmicas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo

O livro intitulado Pesquisa social: teoria, método e criatividade, foi escrito pela pesquisadora Maria Cecília de Souza Minayo, graduada em Sociologia (1978) e em Ciências Sociais-City University of New York (1979), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e doutora em saúde pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1989). Minayo tem experiência na área da saúde pública, com ênfase em saúde coletiva, atuando como professora, pesquisadora e orientadora, principalmente nos seguintes temas: metodologia da pesquisa social, metodologia da pesquisa social em saúde pública, violência e saúde, causas externas, violência, violência auto infligida, saúde coletiva e saúde e sociedade.

O referido livro aborda conceitos de conhecimentos e pesquisa, a partir de posicionamentos críticos, diferenciando a produção do conhecimento no âmbito das ciências naturais e ciências humanas. Nessa resenha, analisaremos apenas o primeiro capítulo da obra, que trata sobre a relação entre teoria e pesquisa, destacando que a teoria é quem orienta o pesquisador em suas indagações, na elaboração de hipóteses, na crítica dos resultados encontrados, fazendo com que o pesquisador venha a evitar possíveis erros.

Minayo, ao citar Soriano (2004), afirma que a pesquisa em ciências sociais possui objetivos diferentes, a saber: a) Pesquisas voltadas à mudança estrutural no tecido sócio econômico, a partir das classes mais necessitadas; b) Pesquisas meramente especulativa; c) Pesquisas produzidas conforme os imperativos da produção de bens e serviços por parte das organizações privadas; d) Pesquisas voltadas a objetivos econômicos individuais.

No tocante ao método de pesquisa, Abbagno (1992) pontua que o termo vem sendo utilizado em dois sentidos: no primeiro, a palavra significa toda investigação ou orientação de investigação como uma doutrina; nesse sentido, fala-se de método dialético, método hegeliano ou método experimental. No segundo sentido, método significa uma técnica particular de investigação, isto é, um procedimento ordenado de investigação que garante a obtenção de resultados válidos, como no caso do método logístico. Segundo Gil (1995), “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

A autora da obra resenhada aborta quatro tipos de raciocínios: o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo e a adução. O raciocínio indutivo pode ser facilmente descrito como aquele que vai do particular para o todo. O raciocínio dedutivo difere do indutivo, pois parte do geral para o particular. O hipotético dedutivo admite a construção de teorias e de leis científicas. A adução é definida como uma indução não demonstrativa.

Os métodos científicos gerais têm como objetivo garantir ao pesquisador a objetividade necessária ao tratamento dos fatos sociais. Existem três métodos: o Positivismo, criado por Augusto Comte, segundo seus defensores é a única forma possível de fazer ciências, sendo o conhecimento científico o único que deveria ser reconhecido como verdadeiro, desprezando as superstições, religião, e demais ensinamentos teológicos, e metafísicos. O positivismo tem como características, o empirismo, objetividade, experimentação, reprodução das experiências, formulação de leis e de previsões de fenômenos. O Fenomenológico, criado por Edmund Husserl, defende que o mais importante é o fenômeno e o dado ou a coisa que se apresenta diante da consciência do ser humano, sem se importar com o fato do dado ou

a coisa que se apresenta diante da consciência do ser humano, sem se importar com o fato do dado ou fenômeno ser real ou aparente. Husserl também chama esse método de “redução fenomenológica”, ou seja, processo na qual o fenômeno se mostra em sua forma pura e livre dos elementos pessoais do observador. O Dialético ou dialética marxista que vem a ser o mais conhecido e utilizado pelos cientistas, caracterizado por uma forma de discurso entre duas ou mais pessoas que possuem diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto, mas que pretende estabelecer a verdade através de argumentos fundamentados e não simplesmente vencer um debate ou persuadir o opositor.

Em síntese, o capítulo analisado expõe de forma clara os métodos para a pesquisa, fazendo com que o leitor/pesquisador consiga compreender a complexidade da pesquisa e do pesquisar para a construção do conhecimento.

SEÇÃO 06

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE VIDA E DE COMUNIDADE

MINHA HISTÓRIA DE VIDA

Francisco Mardônio Brito de Sousa –
Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo



Meu nome é Francisco Mardônio, sou filho de Maria Beatriz de Brito e de Etevaldo de Sousa Gaia. Nasci em 2001, em uma localidade chamada “Mocambo”, situada no campo, a uma distância da cidade de 24 quilômetros.

Vivia com minha mãe e meu irmão em uma casinha de taipa, onde o piso era de barro e as paredes feitas de talo. Nos dias de chuva era uma agonia, de uma coisa já se sabia, toda vez que chovesse, uma parte da casa caía. Minha mãe sempre guerreira era nosso porto seguro, enquanto meu pai passava a vida toda no mundo. Desde cedo nos ensinou sobre a honestidade, sempre nos falava da importância da humildade.

No ano de 2005, mudamos para outra localidade, chamada “Lambuso”, é diferente até no nome, mas desse lugar eu não abuso. Lá, moramos mais uma vez em uma casa de taipa, luxo não tinha, mas a felicidade reinava. Comecei a estudar um pouco atrasado. Com quatro anos me levavam de bicicleta, pois não tinha ônibus. Nessa escola, estudei todo o Ensino Fundamental e no ano de 2016 fiz minha primeira colação de grau. Estava muito orgulhoso, pois num mundo de obstáculos, dei ali meu primeiro passo.

Naquele mesmo ano, meu pai chegava de viagem, onde passou quase dois anos para construir a nossa casa. Em 2017, comecei a cursar o Ensino Médio com mais uma dificuldade, não tinha transporte, tive que ir morar na cidade. Longe da minha família, longe de quem eu amava, mas só tinha aquela opção, era tudo ou nada.

Em 2019, antes de terminar o ensino médio, já no terceiro ano, soube de uma prova para um curso superior chamado LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO. Como já podia fazer minhas escolhas, pois já estava maduro, olhei para minha mãe e disse: “vai ser nesse curso que vou buscar nosso futuro.”

Fui fazer a prova, saiu o resultado, meu nome não estava lá, fiquei indignado. Mas como sempre, não perdi as esperanças, teve segunda chamada, e lá estava meu nome. Na minha carreira escolar, foi a minha maior conquista, estava muito feliz e minha família mais ainda.

Hoje sou grato por tudo, tudo que conquistei, agradeço primeiramente a Deus, ele é nosso Rei. Segundamente, agradeço minha família, especialmente minha mãe, por sempre me apoiar, prometo a vocês, nunca os decepcionar.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza é “[...] resultado das lutas demandadas pelos movimentos sociais ao Estado, constituindo-se numa nova modalidade de graduação nas universidades públicas brasileiras [...]” (PERNAMBUCO, 2017, p. 7), no qual busca realizar uma formação superior com viés



crítico voltado à atuação em áreas campestinas, sendo essas o espaço de origem dos discentes do referido curso. É um espaço de produção de conhecimento em que os discentes realizam uma série de pesquisas no decorrer da vida acadêmica. Dessa forma, é de grande importância fazer um resgate do percurso histórico da educação de comunidades de origem dos acadêmicos que constituem o Curso.

Considerando essa importância, apresenta-se nesta produção, a história da educação dos moradores do vilarejo Lajeiro Branco, localizado a 25 km do município de Assunção do Piauí, salientando três momentos: a educação desvalorizada pelo Estado; um segundo momento em que a educação passa a ser vista, porém não priorizada; e um terceiro momento, em que é dada uma maior importância.

No local, em sua origem educacional, não existia prédio de uma escola, os poucos professores que ali exerciam a função docente tinham muita dificuldade em dar continuidade a seus trabalhos por atuarem nas próprias residências e pela pouca escolaridade. Nos primórdios, os pais pagavam os professores para ensinar fundamentos básicos utilizados no dia a dia para seus filhos. Com isto, a educação do vilarejo nunca foi considerada satisfatória, e sim do ponto de vista de algumas famílias, as crianças eram obrigadas a saberem apenas escrever seu nome e contar, no máximo saber cálculos de adição e subtração ou ler algumas palavras, fato claramente deficiente visto criticamente. Isso ilustra o momento em que a educação era oculta às prioridades do Estado, que não mediava nenhuma condição de desenvolvimento da ação pedagógica no local.

Até os dias atuais, pessoas de referência na comunidade, como idosos, contam que o povoado sofreu por muitos anos com a falta de estrutura propícia às atividades educativas, e isso prejudicou por vários anos as crianças do povoado, que não tinham condições de estudar impossibilitados pelas condições financeiras para pagar professores particulares. No entanto, numa fase iniciada posteriormente, a educação passa a ser vista superficialmente pelo poder público, e começa a remunerar os professores, fato que facilitava aos pais matricularem seus filhos, pois não seria mais necessário pagarem do bolso para os filhos estudarem, porém o local da ação docente ainda era as casas dos professores.

O terceiro momento da educação na comunidade é descrito como o período em que o Estado impulsiona e dá maior importância e visibilidade à educação. O povoado passou a dispor de um prédio fixo, que oferecia o ensino fundamental a partir do ano de 1990, construído na gestão do então prefeito Paulo Frota, do município de São Miguel do Tapuí, pois Assunção do Piauí era um povoado pertencente a esta municipalidade, que teve sua emancipação política no ano de 1994, quatro anos após a construção da escola da comunidade Lajeiro Branco. Nessa fase da educação (década de 1990), o poder público começa a cobrar formação superior para os professores, sendo os primeiros acadêmicos da

Marcus Vinícius Antunes dos Santos -
Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo

comunidade licenciados em cursos como Pedagogia e Normal Superior. A escola do povoado foi denominada de Lúcia Bezerra Lima em homenagem à primeira professora da comunidade e fisicamente aglomera turmas do ensino fundamental em apenas duas salas, justificando a prática já institucionalizada da multisseriação das turmas da escola, prevalecendo desde a sua construção até os dias atuais.

Segundo Ferrari (2008), Durkheim acreditava que a educação seria uma socialização, uma espécie de composição das gerações adultas sobre as gerações mais jovens. Assim, quanto mais eficaz for essa metodologia, melhor será o progresso da comunidade em que a escola pertence, justificando a ideia de que a educação é feita da ação pedagógica formal e informal, sendo esta última feita pela família no dia a dia. Diante do exposto, conclui-se que houve avanços ao longo do processo histórico da educação na comunidade Lajeiro Branco, no entanto, ainda existem muitos fatores passíveis de intervenção, capazes de melhorar o processo de ensino e aprendizagem nas áreas campesinas.

Referências

FERRARI, M. Émile Durkheim, o criador da sociologia da educação. Nova escola, São Paulo, 01 out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/456/criador-sociologia-educacao>. Acesso em: 04/03/2020.

PERNAMBUCO, M. Prefácio. In: MELO, K.R.A; MELO, R.A; CATAPRETA, J.C.A. Saberes e fazeres da educação do campo: reflexões sobre formação de professores e prática educativa. Teresina: EDUFPI, 2017.

RESSIGNIFICANDO OS QUILOMBOS A PARTIR DE SUAS HISTÓRIAS

Francinete da Conceição Braga Medeiros
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC/TERESINA)



A afirmação étnica produz uma nova valorização da memória e das próprias histórias vividas: vocês são quilombo porque sabem contar a história do lugar (FERREIRA, 2012, página, 649)

A memória coletiva produz sentimento de pertencimento às pessoas na comunidade e no território, principalmente quando conhecem a história da comunidade e sua ancestralidade, as formas de organização, a linguagem, os costumes, os hábitos, os saberes oriundos das vivências, às práticas de cura, os rituais religiosos e festivos, seus parentescos, trocas e solidariedade, entre outros aspectos. Essas práticas e conhecimentos históricos comprovam a

presença dessas comunidades em seus territórios e são elementos que representam a resistência.

Considerando o exposto, o objetivo desse texto é apresentar a história da comunidade quilombola Tanque da Rodagem e São João, situada em Matões, no estado do Maranhão.

Estima-se que há, aproximadamente, 300 anos, já existiam moradores nesse território. Luís Silva Sousa, de 64 anos de idade, nos conta que seus bisavós, seus avós e seus pais foram os primeiros moradores do território. Sobreviviam do cultivo da terra, plantando seu próprio alimento, e o excedente era vendido para comprar roupas, calçados, móveis, etc. Existiam naquela época fazendeiros na região que se apropriaram da terra, dizendo-se donos e, então, venderam uma parte da terra que fica ao leste do território para a empresa Suzano Celulose. Por conta disso, as famílias que moravam na região tiveram que sair para outro lado da propriedade, que hoje é o Tanque da Rodagem e São João.

A partir de então, iniciou-se um conflito entre as famílias que ali moravam e a empresa Suzano Celulose, pois a mesma se diz dona de toda a terra, não só de uma parte dela. As famílias foram timidamente se organizando para lutar pelo seu território que estava sendo ameaçado, porém, naquela época, o povo não tinha acesso a informações como se tem hoje, então resolveram buscar ajuda de alguém na cidade, e o mesmo usou de má fé e fez com que, inocentemente, a comunidade assinasse um acordo com a empresa Suzano Celulose, onde eles sairiam da terra e a empresa iria indenizá-los. Em seguida, a comunidade foi convocada para uma audiência e somente lá ficaram sabendo do suposto acordo entre eles e a empresa.

Nesse contexto, a comunidade recebeu sua primeira ordem de despejo, mais precisamente no ano de 2012. A partir desse contexto, iniciou-se uma luta concreta em defesa do território e contra as ações da empresa. Entretanto, somente em abril de 2014 foi iniciado um processo através do qual a comunidade se reconhecia como remanescente de quilombo, e a partir deste reconhecimento, foi montado um processo em nome dessas famílias contra as ações da empresa que queria expulsá-los.

Atualmente, existe a Associação de Moradores da Comunidade Quilombola Tanque da Rodagem e São João, organizada e devidamente legalizada e a comunidade se faz presente no movimento social do campo quilombola, na luta por direitos e acesso à terra e pelo território livre. Entretanto, a comunidade ainda não foi reconhecida como tal pelo poder municipal, e isso resulta em outros problemas, como falta de infraestrutura escolar e de saúde, saneamento básico, ou seja, falta o mínimo de condições básicas.

A escola que recebe alguns alunos da comunidade está localizada a cerca de 8 km de distância, em outro povoado, e nem sempre tem transporte. É uma escola pequena onde faltam condições de atendimento aos alunos. Além disso, existem outros problemas, como professores insuficientes, falta de merenda e há também discriminação com os alunos da comunidade por serem quilombolas e moradores da comunidade que eles chamam de invasores.

A comunidade pretende fazer uma retomada no diz respeito à educação quilombola, compreendendo que a comunidade tem autonomia e preparo para o fazer. Como diz Leidiane, integrante do movimento quilombola do Maranhão, “uma educação que venha a construir um sentimento pela terra, e quem tem que tecer são os próprios quilombolas”. É preciso considerar seus próprios modos de educar, a partir dos conhecimentos das próprias pessoas da comunidade, dos mais velhos, das crianças, da juventude, das mulheres, da benzedeira, da parteira, dos artesãos, fazendo com que a comunidade compreenda melhor o modo como vivem e como se organizam, resgatando suas memórias e identidade.

O tambor de crioula é símbolo da resistência desses povos que, assim como seus antepassados, usam o tambor como forma de manifestação dos sentimentos, como modo de vida próprio. Atualmente, a comunidade faz o resgate dos costumes, buscando refazer os passos de seus antepassados, tanto na agricultura como na cultura, no modo como se comportavam, nas estratégias que usavam para sobreviver, entre outros aspectos. Assim, utilizam de tudo que seus antepassados faziam e que dava certo, como por exemplo: as roças coletivas, o tambor de crioula, os mutirões, o modo como produzem seus alimentos (orgânicos), valorização dos mais velhos, considerados como história viva da comunidade, a valorização das mulheres, ajudando-as a entender o seu papel na comunidade e na

sociedade, o reconhecimento das crianças como sementes da comunidade, reconhecendo em si mesmos seus ancestrais. Enfim, um grau de organização na comunidade que foi e que ainda está sendo resgatado e construído coletivamente.

O conceito de quilombo, para alguns, ainda é a de que quilombo é lugar apenas de negros fugidos, de invasores de terra, de pessoas consideradas violentas, o que não é verdade. É de praxe os fazendeiros e grileiros de terras invadirem essas comunidades, ameaçarem e, até mesmo, matarem famílias inteiras. Na verdade, os quilombolas são povos que historicamente tiveram os seus direitos negados. O Art. 68 da Constituição Federal de 1988, redefine esse conceito afirmando que:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades de quilombo que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, 1988)

Enquanto para os setores conservadores, que adotam como base única os registros e documentações, que comprovam que no passado aquele era um quilombo ou não, o movimento quilombola faz valer outra opção, segundo a qual deve-se buscar o passado na memória viva da comunidade, levando em consideração as representações, os hábitos e práticas que fornecem evidências da história daquele quilombo, que não pode ser reduzido aos registros oficiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/principal.htm>. Acesso em: 27 maio de 2020.

FERREIRA, S. R. B. Quilombolas. In. CALDART, R. S. et al (Orgs.). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Expressão Popular, 2012. p. 645-649.



